

PUBLICAÇÃO DE
CARÁTER INTERNO AO
PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 284
R\$ 2,00
OUTUBRO/95

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

DEMOCRACIA SOCIALISTA


BALANÇO DO
10º ENCONTRO DO PT

PÁGINAS 3 E 4

GORAN THERBORN

A HISTÓRIA NÃO
TERMINOU

PÁGINA 20



COMO DEUSES ANTIGOS,
AS VELHAS E NOVAS
OLIGARQUIAS BRASILEIRAS
SE ETERNIZAM NO PODER,
EXIGINDO SUBMISSÃO TOTAL
E NOVOS SACRIFÍCIOS.

PÁGINAS 10 A 13

OS DONOS DO PODER

PARTIDO DOS TRABALHADORES

OS NOVOS IMPASSES DO PT PGS. 3 E 4

O balanço do 10º EN do PT da tendência *Democracia Socialista* debate os preocupantes problemas de perspectiva colocados para o partido.

SINAL VERMELHO PGS. 5 E 6

A carta aberta aos petistas elaborada pela chapa *Socialismo e Democracia*, onde explica os motivos pelos quais não preencheu os cargos na executiva votada na primeira reunião do novo Diretório Nacional do PT.

PT-PB: INDEPENDÊNCIA OU SUBMISSÃO PG. 6

Joaquim Soriano relata as disputas que tem marcado a vida do PT no estado da Paraíba.

NACIONAL: OS DONOS DO PODER

AS VELHAS OLIGARQUIAS PGS. 10 E 11

Bob Fernandes descreve as teias de relações de poder estabelecidas pela classe dominante brasileira e como elas são perpetuadas.

OS NOVOS CORONEIS DE FHC-BRESSER PGS. 12 E 13

Carlos Maldonado analisa o perfil proposto para o Estado brasileiro na reforma administrativa de FHC e Bresser e como ela elimina do horizonte a perspectiva da universalização do acesso aos direitos sociais.

CUT

DEBATENDO A DEMOCRACIA SINDICAL PG. 8

Maria Consolação da Rocha relata os resultados da 7ª Plenária Nacional da CUT.

CONSTRUIR A ALTERNATIVA PG. 9

Rafael Freire discute a formação da Alternativa Sindical Socialista, nova corrente que já nasce como a segunda força da CUT.

DEBATE

UMA ESTRATÉGIA DUAL PGS. 14 E 15

Alejandro Ventura e Anísio Pires debatem alternativas na discussão estratégica colocada para a esquerda petista.

SOCIALISMO

EM GUERRA PELO TEMPO PGS 16 E 17

Rafaello Renzacci discute a luta pela redução do tempo de trabalho no novo quadro criado pela reorganização do capitalismo.

DIREITO NATURAL E SOCIALISMO PGS. 18 E 19

Francisco Louçã debate o papel do direito natural na origem do socialismo e como questões por ele colocadas continuam atuais.

A HISTÓRIA NÃO TERMINOU PG. 20

Göran Therborn discute os eixos de reestruturação do discurso socialista necessário para enfrentar o neoliberalismo.

CAMPANHA DE ASSINATURAS

Assine **EM TEMPO** e ganhe:

- um instrumento de análise marxista e de acompanhamento crítico dos debates do PT;
- a cada edição mensal, um texto teórico (para os assinantes de apoio)

E MAIS!

Assine ET e ganhe o último livro de Eric Hobsbawn, **A era dos extremos.**

A cada 10 assinantes será sorteado um livro; assinaturas de apoio contam em dobro.

Quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio R\$ 40,00

Normal R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou xeroque e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda-São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 665550

COM ESTA EDIÇÃO, ESTAMOS ENVIANDO AOS ASSINANTES DE APOIO O TEXTO **SOCIALISMO E DEMOCRACIA**, TESE APRESENTADA AO 10º ENCONTRO NACIONAL DO PT.

EM TEMPO:

Uma publicação da Tendência Democracia Socialista

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (editoração) e Carlos Henrique Árabe.
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo/SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 s/04
Bomfim - CEP 90120 - Fone (051) 227.4642

Os novos impasses do PT

COORDENAÇÃO NACIONAL DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA SOCIALISTA

O 10º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores aprofundou a crise e radicalizou a disputa interna no PT. A *Articulação Unidade na Luta*, ao tentar impor uma política de isolamento da esquerda petista a partir da precária maioria que obteve no encontro (graças à aliança com a *Democracia Radical* e com o grupo liderado por Rui Falcão), criou um impasse, ainda não superado, na escolha da nova executiva nacional (ver pág. 5 e 6). Afinal, a chapa *Socialismo e Democracia* teve sua tese derrotada por apenas dois votos e sua chapa para o Diretório Nacional obteve 46% dos votos - um peso político que não pode ser ignorado por nenhuma direção consciente.

1. A crise atual do PT tem raízes mais amplas e expressa o novo período da história do país e do partido em que adentramos com a derrota nas eleições presidenciais de 1994. Esgotou-se o patamar de unidade estratégica estabelecido no PT pelo 5º Encontro Nacional, em 1987, mas o vazio de definições não foi preenchido. O 10º EN definiu com mais clareza a oposição ao governo FHC, mas diluiu as posições anteriores do PT sobre construção partidária e nada definiu sobre as questões estratégicas, que poderiam restabelecer um nível mínimo de unidade no partido. As contradições presentes na construção do PT, que já foram muito importantes para nossa derrota em 1994, acirram-se no novo cenário.

O 10º Encontro Nacional foi um dos mais despolitizados, polarizados e tensos de toda a história do partido. Com o fracasso da maioria de esquerda formada em 1993 no 8º Encontro Nacional, encabeçada pela *Opção de Esquerda*, em construir uma nova hegemonia na direção do PT, este encontro se transformou no ponto culminante do esforço da *Articulação Unidade na Luta* para recuperar a maioria e para tentar isolar e impor administrativamente sua hegemonia sobre a esquerda petista. Esta iniciativa repercutiu o contexto adverso às posições de esquerda estabelecido nacional e internacionalmente e o reforça no Brasil.

Assistimos a realização de encontros municipais e estaduais extremamente sectarizados e despolitizados, onde, sempre que pode, a *Unidade na Luta* montou verdadeiros "rolos compressores" (como em São Paulo) ou impôs um alto preço às vitórias da esquerda (no Rio Grande do Sul desgastando a figura de Olívio Dutra ou na Paraíba abandonando o encontro). Eles foram reforçando, no interior da *Unidade na Luta*, uma política de isolamento da esquerda, que foi aplicada na composição das novas executivas municipal e estadual de São Paulo, onde os setores não alinhados à corrente vitoriosa foram afastados de posições de maior responsabilidade.

Este processo explica, em boa medida, o impasse instalado quando do processo de escolha, na primeira reunião do novo Diretório Nacional, da nova Executiva Nacional. Dez dos 18 membros a serem eleitos no DN acabaram sendo indicados por apenas 41 dos 83 membros do DN. Os oito nomes que estatutariamente caberiam à esquerda petista não foram indicados. O impasse pode perdurar se a próxima reunião do diretório não alcançar um acordo sobre a composição da executiva.

2. Os marcos desta disputa são estabelecidos não apenas pela dinâmica interna do partido mas também pelo curso da luta política no país. De meados dos anos 80 até a eleição de 1994, a intervenção do PT estruturou-se em torno da luta por uma saída democrática e popular para a crise nacional, materializada na disputa pelo governo federal. A grande vitória obtida pelo projeto neoliberal no ano passado deslocou fortemente a correlação de forças contra nós e restringiu substancialmente o espaço de ação do partido no terreno institucional e na disputa política global. O novo quadro impõe uma grande reorientação estratégica para o PT, desafio ignorado pelo processo do 10º EN. De outro lado, a dinâmica partidária prática, centrada nas disputas eleitorais, vai construindo e consolidando opções de longo prazo para o PT.

O partido sofreu, desde o final dos anos 80, transformações importantes. É verdade que o PT tem um maior reconhecimento eleitoral e uma maior presença institucional. Mas uma série de fatores tem pressionado no sentido de integrar o PT à "ordem" e ao jogo político estabelecido: a crise do movimento socialista internacional, a correlação de forças internacional adversa estabelecida principalmente pelo colapso da URSS, a forte presença institucional sem contrapartida em termos de ação na luta de massa, a dinâmica e a legislação eleitoral vigente, o nível de atividade mais reduzido do movimento de massas, as consequências sociais da reestruturação neoliberal, as dificuldades da CUT para enfrentar o novo cenário.

Estes fatores há tempos atuam no sentido de transformar o PT numa máquina eleitoral desideologizada, pragmaticamente adaptada ao jogo político dominante. O impacto da derrota de 1994 e a etapa defensiva em que entramos na vida nacional reforçam estas tendências integradoras.

Há, portanto, uma forte ligação entre a dinâmica da vida partidária e o curso da luta de classes no país e no mundo. Deste ponto de vista, os deslocamentos internos ocorridos no processo preparatório e depois do 10º EN são expressão das tendências mais características da nova fase em que o partido adentra. E elas são muito distintas das que construíram as condições para a disputa de 1989 e cujo impulso perdurou, ainda que se desgastando gradativamente, até 1994.

3. Isso não significa o esgotamento do enorme capital político acumulado pelo PT para um projeto transformador. É significativo que, apesar da forte ofensiva neoliberal, a maioria do partido, à exceção da tendência *Democracia Radical*, tenha definido uma postura oposicionista mais clara face ao governo FHC. Depois de ter adotado, até o início deste ano, uma postura ambí-

Vários fatores atuam, há tempos, no sentido de transformar o PT numa máquina eleitoral desideologizada, pragmaticamente adaptada ao jogo político burguês.



HENRY MAGRITTE

O 10º EN foi um dos mais polarizados e tensos de toda a história do PT. A Unidade na Luta tentou isolar e impor administrativamente sua hegemonia sobre a esquerda petista.

O arranjo que tornou vitorioso o campo que elegeu Zé Dirceu presidente não apresenta condições de estabilizar uma nova hegemonia partidária.

gua frente ao novo governo, muitos setores do partido acabaram se convencendo de que seu caráter conservador é dado pelo próprio grupo de Fernando Henrique e não apenas ou principalmente pela presença do PFL. Deste ponto de vista, ocorreu uma importante evolução política do PT no primeiro semestre. O preocupante, porém, é que isso não estimulou uma redefinição de perspectivas estratégicas ou a consolidação de referências ideológicas radicais, mas ocorreu apenas com a explicitação do caráter reacionário do grupo burguês hoje encabeçando o Estado.

4. A dinâmica política do processo de encontros foi instaurada pela *Articulação Unidade na Luta*, que se definiu nacionalmente por uma aliança privilegiada com a *Democracia Radical*, desdobrada em quase todos os estados. No RS, PR, ES e CE, acabou prevalecendo nas posições da *Unidade na Luta* o ideário liberal da *Democracia Radical*. A tese nacional apresentada pela *Unidade na Luta* também expressa uma concepção de partido fortemente influenciada por estas concepções. Não é, assim, surpreendente que o conjunto da *Democracia Radical*, inclusive figuras como José Genoino, tenham votado na tese da *Unidade na Luta*, em José Dirceu para presidente e defendam com tanto ardor a política de isolamento da esquerda.

Mas o acordo com a *Democracia Radical* não seria suficiente nem para garantir a maioria nem para estabelecer uma hegemonia por parte da *Unidade na Luta*. Foi necessário também deslocar uma parcela minoritária da *Articulação de Esquerda* para o seu campo de alianças. Todavia, este movimento encabeçado por Rui Falcão e o grupo que dirigia o Diretório Municipal de São Paulo (que adotou o nome de *Hora da Verdade*), teve um impacto limitado (sua chapa, que integra também Jaques Vagner e Vladimir Palmeira, dentre outros, obteve menos de 6% dos votos no encontro).

Neste cenário, foi decisivo para viabilizar a maioria apertada da aliança encabeçada pela *Unidade na Luta*, a delegação obtida em encontros de base em cidades de

São Paulo sob administração petista, em que estava em jogo a sucessão municipal - principalmente em Diadema, onde compareceram mais de seis mil votantes (equivalentes a 26 delegados ao EN), mas também em São José dos Campos e Santos. Do mesmo modo, foi importante a impugnação da delegação da Paraíba: a *Articulação* só ganhou a tese-guia porque conseguiu anular 11 delegados deste estado (ver matéria na pág. 6).

5. Atuando em um cenário de perda de peso interno, um crescimento importante da *Unidade na Luta* e o deslocamento do setor liderado por Rui Falcão para o campo da candidatura de José Dirceu, a esquerda petista tentou conter o ímpeto hegemônico da *Unidade na Luta* criando as condições para disputar a tese guia e buscando alternativas para a presidência. Neste sentido foi importante a unidade obtida pela *Opção de Esquerda* (*Articulação de Esquerda*, *Democracia Socialista* e *Forum Socialista*) e os acordos construídos com os dois setores resultantes do fim do *Na Luta PT!*

Em conjunto, a esquerda petista representou-se através da candidatura de Hamiltom Pereira (o Pedro Tierra, secretário agrário da executiva nacional) - que obteve 46% dos votos, 182, contra 214 de José Dirceu (51% dos votos) e 16 brancos. Unificou-se também numa tese conjunta *Socialismo e Democracia*, elaborada tendo como ponto de partida a tese da *Opção de Esquerda*. E apresentou-se em uma chapa para o Diretório Nacional que obteve 188 votos, contra 164 da *Unidade na Luta*, 31 da *Democracia Radical* e 24 da chapa de Rui Falcão (com 3 votos nulos e 2 brancos).

6. O processo posterior à nossa derrota de 1994 recolocou em primeiro plano o debate de rumos para o partido. A antiga (e relativa) unidade em torno do objetivo estratégico de conquista da presidência, que já vinha sendo intensamente pressionado à direita no decorrer da campanha, cedeu lugar ao ambiente crispado pela luta interna no vazio deixado pela incapacidade da maioria surgida do 8º Encontro Nacional de construir uma nova hegemonia e pela dificuldade de abrir um debate mais fundo sobre as perspectivas de longo prazo para o PT e para a luta socialista.

O 10º EN não resolveu estes impasses. O arranjo que tornou vitorioso o campo que elegeu Zé Dirceu não apresenta condições - pelos seus métodos, pelas suas definições e até por suas diferenças internas - para estabilizar uma nova hegemonia partidária. É necessário destacar que justamente no tema da concepção partidária - expressa no texto da tese-guia e na prática das últimas convenções - conhecemos um dos maiores recuos em relação ao que vinha sendo defendido pelo menos desde o 5º Encontro Nacional.

Sobre a *Articulação Unidade na Luta* paira uma enorme responsabilidade, que até agora não soube dar conta: respeitar a democracia interna e submeter-se ao debate político, condição para desenvolver os debates não travados no 10º EN em um terreno de unidade. A crise interna do partido poderá aprofundar-se se o que vimos nos encontros preparatórios, no próprio 10º EN e na questão da executiva nacional for a regra de conduta do campo que elegeu Zé Dirceu.

Para os setores unificados na tese *Socialismo e Democracia* cabe a responsabilidade de, mais do que barrar os desatinos de uma maioria precária, tomar a dianteira nos debates estratégicos e assumir uma postura firme de unidade partidária com base na democracia interna. Mais do que nunca o futuro do partido depende de uma esquerda com vocação hegemônica. □

São Paulo, setembro de 1995.



HENRY MACNITTE

Política de alianças

Na ausência de qualquer formulação da tese-guia sobre o tema, a tese *Socialismo e Democracia* apresentou uma proposta, com base na resolução do encontro estadual do RS, que formulava objetivos e os limites da política de alianças para as próximas eleições. Esta proposta atualizava a política de alianças do partido com base na experiência da Frente Brasil Popular de 1989. Com relação ao PDT incorporava este partido ao campo de alianças, mas condicionava à exi-

gência de coerência com as definições oposicionistas a FHC e um compromisso com as lutas sociais, em particular na questão da reforma agrária. Com relação a setores do PMDB e do PSDB em oposição às respectivas direções nacionais, condicionava qualquer aproximação à verificação de uma prática pública e reconhecida de efetiva oposição. Estes dois aspectos foram amenizados no texto aprovado, mas prevaleceu a linha geral originalmente proposta. □

Sinal vermelho

A chapa Socialismo e Democracia divulgou, no dia 19 de setembro, uma carta aos filiados do PT expondo sua posição sobre o processo de formação da nova executiva nacional. Os integrantes da chapa, que representa 46% do Diretório Nacional, não compuseram a executiva eleita pela reunião do DN de 16 e 17 de setembro (segundo a proposta da Articulação Unidade na Luta, que foi aprovada por 41 dos 85 membros do diretório). Ficaram vagos 8 dos 18 cargos que a serem preenchidos pelo diretório. A chapa reivindicava que o Diretório Nacional prosseguisse o debate sobre a composição da executiva em função da polêmica sobre a secretaria-geral - a Unidade na Luta defendia que coubesse a Cândido Vaccarezza (cuja chapa obteve apenas 6% dos votos no 10º EN) e a Socialismo e Democracia a Arlindo Chinaglia. A chapa propõe que uma nova reunião do diretório eleja, no prazo mais breve possível, uma executiva representativa de todo o partido.

Companheiras e companheiros filiados do PT

A construção do Partido dos Trabalhadores está posta diante de um grande desafio. No processo de escolha da Comissão Executiva do Diretório Nacional eleito pelo 10º Encontro, uma estreita maioria do Diretório passou o "rolo compressor" numa chapa que obteve 46% dos votos do encontro. Estes fatos são particularmente graves neste momento crucial para a nação, quando a classe dominante unificada em torno de FHC aprofunda a miséria, a exclusão e a dependência perante os centros financeiros internacionais. E, não obstante, depois do 10º Encontro, o Partido segue paralisado, sem oferecer respostas a esta situação. A decisão imprudente de 41 dos 85 membros do Diretório Nacional lança o PT numa crise interna quando ele mais necessita unificar-se para responder aos anseios populares.

Os militantes do PT percebem há algum tempo sinais de crise profunda na vida do partido. Uma conjugação de problemas político-ideológicos e orgânicos, cujos fundamentos estão na crise da sociedade brasileira, do capitalismo internacional e do movimento socialista neste final de século. O 10º Encontro Nacional expressou agudamente esta situação. O debate político foi fraco, as resoluções insuficientes frente às tarefas colocadas. Três projetos de tese foram a voto: Socialismo e Democracia (resultado da fusão de três pré-teses), "Unidade na Luta" (apoiado pela "Democracia Radical", que retirou o seu próprio projeto, apesar de ser completamente diferente), e "Velhos Sonhos, Novos Desafios". O projeto da "Unidade na Luta" foi aprovado porque, após um empate na primeira votação, na segunda obteve dois votos a mais do que o "Socialismo e Democracia" (191 a 189 votos). "Velhos Sonhos, Novos Desafios" teve 14 votos. José Dirceu, em eleição separada para a presidência, teve 215 votos, 51,9% do total. A precariedade dos debates e a dificuldade em se estabelecer uma maioria clara no 10º Encontro acionou um alerta vermelho e precisamos dar atenção a ele.

Os fatos: do 10º EN à reunião do DN

Depois do 10º Encontro, e durante três semanas estabeleceu-se um diálogo com o objetivo de construir-se uma direção coletiva e uma proposta unitária para a

executiva nacional, respeitando-se o resultado do 10º Encontro, onde todos os setores do partido pudessem efetivamente responsabilizar-se pelas tarefas de direção.

A partir da constatação inequívoca de que a chapa "Socialismo e Democracia" teve o apoio de 46% dos delegados ao 10º Encontro (contra 40% da "Unidade na Luta", 7% da "Democracia Radical" e 6% da "Velhos Sonhos, Novos Desafios"), propusemos compartilhar as funções dirigentes reivindicando a secretaria geral, o que sinalizaria para o conjunto dos filiados e para a sociedade a unidade do PT e expressaria a vontade política coletiva do partido de concentrar todas as energias na luta para derrotar FHC e suas políticas.

Os representantes da chapa "Unidade na Luta" questionaram o "perfil" dos nomes indicados para determinadas funções, especialmente para a secretaria geral. Cobraram "perfis mais amplos", "para fora do partido", "com representatividade social". Sugeriram vários nomes da nossa chapa para ingressarem na Executiva, todos que para eles se ajustavam mais ao perfil mencionado. Falaram que se caminhássemos nesta direção, o acordo final estaria próximo.

A partir deste patamar evolui-se para um processo de negociação até a reunião do Diretório Nacional de 16 e 17 de setembro em Brasília. Nossa chapa, apesar de questionar os critérios de "perfil" apresentados, alterou a indicação inicial para a secretaria geral, propondo para o cargo Arlindo Chinaglia, deputado federal e ex-presidente do Diretório Regional de São Paulo. Além disso, em nome da unidade partidária, reduzimos também as nossas propostas para outras secretarias.

Quando nos preparávamos para concluir este processo, que culminaria com a apresentação de uma chapa de unidade na reunião do Diretório Nacional, fomos surpreendidos, na última reunião de negociação, com os seguintes fatos:

1 - O negociador indicado pela "Unidade na Luta", desde o início do processo, que detinha toda a memória das negociações, não compareceu. 2 - Os novos representantes, alegando desconhecimento de compromissos anteriormente assumidos, apresentaram uma proposta que, ao contrário do que diziam anteriormente, não só não recuaram em relação à Secretaria Geral, como subrepresentava nas funções da Comissão Executiva a chapa "Socialismo e Democracia". 3 - Informaram que era uma posição definitiva e que se não existisse acordo, ela seria levada a voto, quiséssemos ou não.

Frente a estes acontecimentos, manifestamos o nosso repúdio à proposta apresentada. Vale notar que a proposta posteriormente levada a voto no Diretório Nacional, procurando evitar o desgaste com o enfrentamento por eles provocado, já trazia modificações, apesar de não alterar o essencial.

Indignados com o método dúplice que rompeu com a confiança estabelecida durante o processo de negociação, propusemos que o Diretório Nacional realizasse um debate sobre os critérios para a composição da direção e sobre objetivos e métodos da direção. Alegando falta de tempo, em meia hora o debate foi inviabilizado. Já no debate comunicamos nossa oposição a que se elege a Executiva naquela reunião, uma vez que não havia acordo. Comunicamos também que caso a lista apresentada fosse a voto, os nomes da nossa chapa deveriam ser retirados. O companheiro Olívio Dutra pro-

O Diretório Nacional deve eleger, no prazo mais breve uma executiva representativa de todo o PT.





LEROY H. APPLETON

pôs outro critério para a eleição da Executiva, não por votação de chapas, mas sim analisando caso a caso onde houvesse discordância. Sua proposta foi derrotada. Sempre com o intuito de defender a unidade partidária e a imagem do PT, propusemos o adiamento da eleição da Comissão Executiva para uma próxima e urgente reunião do Diretório Nacional. A Executiva tem mandato de 2 anos. De outro lado, não poderíamos superar o quadro estabelecido em meia hora e o Diretório poderia esperar mais alguns dias para elegê-la. Esta proposta foi a voto contra a de eleger a Comissão Executiva naquele instante. Venceu eleger a Executiva.

Definido que aquela reunião do Diretório escolheria a Executiva, reiteramos à mesa que os nomes dos membros da nossa chapa deveriam ser retirados da lista apresentada. A mesa assim procedeu. Comunicamos que não participaríamos da votação para eleição de uma Comissão Executiva incompleta. A Executiva incompleta obteve 41 votos (de um total de 85 membros do Diretório Nacional). Três companheiros se abstiveram: Lula, Olívio Dutra e Fernando Ferro (deputado federal - PE). As oito vagas que temos na Executiva Nacional, das dezoito que são indicadas pelas chapas, não foram preenchidas.

Nada menos do que é justo

O alerta do 10º Encontro Nacional não foi registrado pelas chapas que apoiaram José Dirceu. A condução dada para a composição da nova Comissão Executiva Nacional revela uma postura arrogante, descabida em qualquer circunstância. Uma disposição para excluir e impor vetos não explicitados; de reduzir pela força e não pelo convencimento as posições divergentes. Acreditamos que a sobrevivência destes métodos autoritários, que julgávamos superados na vida interna do partido, não serão aceitos pela enorme maioria do Diretório Nacional.

A primeira reunião do Diretório Nacional eleito no 10º Encontro inaugura, nesta questão, métodos preocupantes para a organização da vida interna do partido. Prenuncia enormes dificuldades para a condução das políticas do PT no próximo período. Ao romper com o acúmulo e o significado da proporcionalidade nas eleições para cargos dirigentes do PT - garantia de partici-

pação de todos e da inclusão das minorias no exercício efetivo da direção partidária -, a maioria objetivamente tenta subverter o resultado do 10º Encontro.

A democracia não é apenas o direito de a maioria decidir. Significa também a defesa dos direitos da minoria, o estabelecimento de limites ao que pode ser decidido pela maioria. Esse é o sentido da regra da proporcionalidade inscrita em nosso regimento. Uma maioria que atua como "rolo compressor" rompe com estes princípios.

Não podíamos permanecer indiferentes. Fizemos todos os esforços no sentido de oferecer alternativas de solução para cada uma das funções da Comissão Executiva, esbarrando na intransigência e na lógica da exclusão. O que a chapa "Socialismo e Democracia" está cobrando, legitimamente, é o direito de participar com a responsabilidade que lhe cabe na condução do PT. Nesta questão não podemos aceitar nada menos do que é justo.

Uma das questões em que o PT mais avançou, e que representa um marco para a esquerda, é a da valorização de uma concepção de socialismo radicalmente democrática, em especial na garantia dos direitos das minorias. Só com uma concepção desta natureza, alicerçada na solidariedade dos que lutam para a emancipação humana, será possível recuperar a credibilidade de nosso projeto histórico. Nada fere mais esta perspectiva do que adotar no interior do PT práticas inconsistentes com esta concepção. Se esta idéia já era forte na fundação do PT, mais vigor adquiriu depois do colapso dos regimes do leste europeu.

Ao nos negarmos, nessas circunstâncias, a ocupar cargos na Comissão Executiva, demonstramos que não elegemos esta como a questão central, mas não transigiremos face a esse atentado à democracia partidária. Durante todo o processo nos pusemos à disposição para o diálogo, como demonstra o quanto flexibilizamos - em nome da unidade do partido - de nossa proposta original. Reafirmamos nossa disposição ao diálogo, como dirigentes responsáveis que somos. Continuamos dispostos a buscar acordos, mas ninguém no PT tem o direito de recuar transigindo com os princípios.

O PT necessita uma reunião do seu Diretório Nacional, o mais breve possível, para realizar este debate e para que seja eleita uma Executiva Nacional representativa e de todo o PT. □

PT-PB: independência ou submissão!

Em 1994 o PT paraibano disputou a eleição para o governo do Estado tendo Avenzoar Arruda como candidato. Avenzoar foi o 2º colocado na prévia que escolheu Mario Silveira (ex-presidente do PMDB no estado e candidato a vice governador na chapa de Antonio Mariz em 1982) e que renunciou à disputa, através de carta ao Encontro Estadual.

A campanha foi durante todo o tempo atrapalhada por uma fração minoritária, liderada por Anísio Maia e Julio Rafael, que queria apoiar o candidato do PMDB, Antônio Mariz - finalmente eleito em 2º turno e recentemente falecido. Esta fração tinha o apoio de parte da Coordenação da Campanha Lula. Vale lembrar que este foi o único estado onde Lula não esteve como candidato em 1994.

Em 1995 os encontros municipais neste estado foram marcados pela polarização entre dois campos, os mesmos que se formaram em torno da de-

fesa e do ataque à candidatura própria em 1994.

No Encontro Estadual, alegando irregularidades na eleição de delegados em alguns municípios da região do Brejo, esta fração se retirou do Encontro. Posteriormente pediu a impugnação do mesmo ao Diretório Nacional. Também foi posteriormente que saiu à procura de provas - inclusive de laudos policiais - para tentar demonstrar que anteriormente tinham alguma razão. Nada mais que uma violência à democracia partidária. Bater em retirada da instância máxima do partido no estado, onde tudo podia ser debatido, esclarecido e resolvido.

O Diretório Nacional, na véspera do 10º Encontro Nacional, de forma inédita no partido, intervém no Diretório Estadual da Paraíba, manda refazer todos os encontros municipais para tirar delegados a um novo Encontro Estadual, mas reconhece que os diretórios municipais, onde não houve denúncia de irregularidades nos respecti-

vos encontros municipais, são legítimos e permanecem como direção do partido. O Diretório Nacional reconhece 9 dos 11 delegados ao Encontro Nacional.

O 10º Encontro, por pequena margem, cassa os direitos da delegação paraibana.

Uma comissão do Diretório Nacional tenta montar uma Comissão Provisória para convocar um novo Encontro Estadual. O impasse continua para escolher o presidente desta Comissão Provisória, pois os que se retiraram do Encontro insistem em indicar o presidente.

O que está em jogo na Paraíba é a existência do PT como ferramenta de luta dos trabalhadores, dos oprimidos e dos excluídos.

Vamos mobilizar todas as nossas energias, realizar um novo encontro democrático, e dar ao PT da Paraíba uma direção que mantenha a sua independência e capacidade de luta. □

Joaquim Soriano

PT, um projeto em disputa

TATO LAERTE

A história de lutas de seus integrantes, a conjuntura nacional e internacional de então, a atuação de diversos setores oriundos de organizações de esquerda, deram ao Partido dos Trabalhadores o caráter de um partido socialista, democrático, de massas e estratégico para a revolução. Este perfil foi, em 1987, consolidado em nosso 5º EN.

Nos últimos anos, porém, o crescimento da sua participação institucional, a democratização política do Brasil e a queda do socialismo real na Europa contribuíam para que o perfil transformador do PT perdesse seu vigor. Setores conservadores do partido rapidamente se adequaram, em maior ou menor grau, ao modelo tradicional de ação política burguesa. Enquanto isso, a esquerda partidária patinou em um mar de indefinições, convivendo com a crise de respostas que atinge aos socialistas no mundo todo e um terrível atraso de formulação.

Esta transformação gradual do PT vem se refletindo em diversos momentos da ação pública do partido. Nos últimos seis anos, cada vez que a conjuntura exigiu do PT uma postura de enfrentamento mais duro, posição distintas surgiram no partido. De um lado, a pressão de sua base militante e dos setores mais a esquerda por essa postura mais firme; de outro, a resistência de setores mais conservadores do partido, por uma posição que não ferisse a estratégia de tornar o PT um partido confiável para setores da burguesia. um partido "palatável".

O 10º Encontro Nacional

Com o resultado do 10º EN, que marcou a retomada do controle da estrutura partidária pela composição liderada pela Articulação Unidade na Luta, as possibilidades de uma aceleração neste processo de transformação do PT são bastante grandes. A Articulação é um condomínio de múltiplos projetos políticos que se movem por uma conjunção de interesses - que vão da militância partidária às disputas eleitorais, sindicais etc.

O espírito com que a Articulação Unidade na Luta se moveu durante o período anterior ao encontro foi marcado: a) pelo sentimento de revanche e de constituir uma maioria a qualquer custo; b) por uma política de alianças claramente voltada para consolidar o apoio da Democracia Radical e rachar a Opção de Esquerda, atraindo setores descontentes para a sua órbita; c) pela orientação visando o inchaço dos encontros municipais nas administrações petistas, aproveitando a disputa política local e a utilização de grandes estruturas financeiras (Diadema, São José, Santos, Quixadá...); d) pela tentativa de criar um clima de unidade partidária em torno do sucessor de Lula e da proposta de introduzir os chamados "notáveis" nas instâncias partidárias acima do critério da proporcionalidade das chapas; e) pela postura truculenta com que se procedeu à montagem de importantes executivas estaduais nos locais em que a Unidade na Luta retomou a maioria, como São Paulo (e que se repetiu na executiva nacional).

A reação da esquerda a esta estratégia foi marcada pela tardia rearticulação da Opção de Esquerda, num processo marcado pela luta interna na Articulação de Esquerda e pela ausência de iniciativas conjuntas após o 9º EN. Apesar destas debilidades, a esquerda conseguiu se unificar no 10º EN com base num acordo de conteúdo (fusão das teses) e de intervenção no plenário do encontro. O resultado das

chapas demonstrou que a esquerda manteve uma representação significativa, 46% do Partido.

Foi acertada a busca de um nome mais amplo capaz de disputar, com base num programa à esquerda e democrático (verdadeiramente distensionador), a presidência do partido. E foi igualmente correta a escolha de Hamilton Pereira como esse nome, bem como a definição do perfil desta candidatura com base num manifesto.

Um fato deve ser destacado: a unidade de ação, a responsabilidade e a relação madura que todas as forças que compuseram a chapa de esquerda "Socialismo e Democracia" no 10º EN tem conseguido implementar no período pós-encontro. Ela se revelou decisiva no enfrentamento das posturas antidemocráticas implementadas pela Articulação Unidade na Luta - especialmente na reunião do Diretório Nacional de 16 e 17 de setembro, quando eles tentaram impor uma executiva nacional que não reflète a correlação de forças interna ao PT.

Definir os rumos do PT

É importantíssimo que a base partidária, confusa e desorientada, possa retomar as discussões sobre os rumos do PT, a partir de uma agenda de debates, clara, objetiva e comprometida com a luta dos trabalhadores.

Alguns pontos são de fundamental importância para essa discussão:

- * A reafirmação, aprofundamento e detalhamento do projeto socialista do partido;

- * A reafirmação, aprofundamento e detalhamento do caráter democrático-popular de nossas propostas de governo para os municípios, os estados e o país, com a necessária abertura de um debate sobre as estratégias de construção do poder socialista;

- * A revitalização da democracia interna do PT, com a reafirmação acompanhada de um esforço de nucleação e implantação dos setoriais, conforme proposta da Secretaria de Movimentos Populares; a defesa do direito de tendência, atacado por lideranças do PT; e a defesa da democracia de nossos encontros no que tange à eleição das direções e a luta pela proporcionalidade qualificada na definição de cargos nas executivas;

- * O desenvolvimento de iniciativas de articulação da ação institucional com a luta de massas na oposição ao governo FHC e seu projeto neoliberal; e

- * O resgate do funcionamento regular das nossas instâncias dirigentes e o combate ao estabelecimento de fontes de poder paralelo; e

- * A retomada radicalidade na ação do PT nessa nossa realidade radicalizada pelas chacinas na cidade e no campo, recessão crescente e pauperização de nosso povo.

A esquerda partidária tem, portanto, uma responsabilidade dupla: criar condições para a elaboração de um projeto de direção para o PT; e realizar essa disputa de forma responsável, sem expor o partido à voracidade da grande imprensa. Sé assim nosso Partido poderá continuar a ser a esperança última de milhões de explorados e excluídos do nosso país. □

Tato Laerte é membro da coordenação do Forum Socialista.

A esquerda tem um grande desafio, criar as condições para a elaboração de um projeto de direção para o PT.



ROBERT DOISNEAU

São grandes as possibilidades de aceleração do processo de institucionalização e transformação do PT num partido palatável para a burguesia.

Debatendo a democracia sindical

MARIA CONSOLAÇÃO DA ROCHA

A 7ª Plenária Nacional da CUT, que terminou em 2 de setembro, foi polarizada por duas discussões: uma sobre o sistema democrático de relações de trabalho (incluindo aí o fim da unicidade sindical) e outra sobre a organização sindical cutista (abarcando o tema do "sindicato orgânico").

Deliberou ainda um plano de lutas consensual, uma política nacional de formação profissional e o aumento do repasse dos sindicatos à CUT - tema este sobre o qual houve também polêmica em torno do cronograma e os procedimentos a ser adotados.

Relações de trabalho

O debate sobre sistema de relações de trabalho provocou a formação de três campos. O primeiro, com 80% dos delegados, integrado basicamente pela Alternativa Sindical Socialista e a Articulação Sindical, defendeu que a CUT deve retomar a iniciativa de propor mudan-

ças no sistema disputando com propostas que visem a conquista da liberdade de organização sindical (o fim da unicidade imposta pelo Estado), o direito de organização no local de trabalho, o fim do poder de intervenção autoritária da Justiça do Trabalho nos conflitos trabalhistas, o fim dos "juizes classistas", o fim do "imposto sindical" entre outras medidas.

O segundo campo foi conformado pela Corrente Sindical Classista (ligada ao PCdoB) e pelos sindicalistas do PCB. Defendeu a "unicidade sindical" e o "poder normativo da Justiça do Trabalho", alicerces do sistema atual. O terceiro foi integrado pelos sindicalistas do PSTU e O Trabalho que declarando defender a proposta de sistema democrático não apoiavam a resolução já que levaria a defender mudanças na Constituição Federal.

A resolução aprovada, ao colocar iniciativas políticas concretas para a CUT neste terreno, permite retomar a vocação fundadora da Central: a de destruir a estrutura sindical oficial e toda a herança perniciosa do sistema corporativista.

Organização sindical cutista

Esta definição leva a um segundo desafio: se o Estado deixar de definir como irão se organizar os trabalhadores em sindicatos, qual é a orientação da CUT sobre como deve se organizar sua base? Por isso, deve-se fazer simultaneamente a discussão sobre "organização sindical cutista".

Este é um debate difícil porque os anos de "convivência pacífica" com a estrutura sindical oficial apagaram a memória do projeto cutista de construir politicamente a unidade da classe trabalhadora através da estrutura da própria CUT, isto é, com democracia e independência frente ao Estado.

Neste debate conformaram-se dois campos. O primeiro, majoritário, da Articulação Sindical e da Alternativa Sindical Socialista (menos os sindicalistas da Força Socialista). Defendeu que a base da CUT deveria discutir um projeto cutista por inteiro, isto é, de construção da central desde o local de trabalho até o nível nacional. O segundo, conformado pela CSC, PSTU, PCdoB, OT e FS posicionou-se contra a visão de uma CUT "orgânica" desde o local de trabalho (já que traria embutida a burocratização, monolitismo, partidarização etc.)

Ao contrário dos temores e dos argumentos apresentados por esse segundo campo, o debate na Plenária mostrou que é no rumo da construção orgânica da CUT desde o local de trabalho que poderemos dar um combate decidido à burocratização e falta de democracia nos sindicatos.

Expressão disso é que, pela primeira vez, um documento da CUT Nacional anuncia que deverão ser discutidos mecanismos que garantam a composição proporcional entre todas as visões cutistas presentes na categoria no processo de discussão do sindicato orgânico e que esses mecanismos devem ser consagrados no novo sindicato.

Essa batalha não se resolve evidentemente "no papel". Deverá ser desenvolvida concretamente nos sindicatos. Mas para preparar esse caminho, as resoluções da 7ª Plenária já foram um bom começo. □

Maria Consolação da Rocha é membro da Executiva Nacional da CUT.



SERASTIÃO SAIGADO

Resolução da Plenária

"Passos importantes para a consolidação do sindicato orgânico:

1. Incentivar o uso coletivo de estruturas dos sindicatos filiados, como assessorias técnicas, imprensa e gráfica, jurídico, etc.

2. Desencadear um processo de fusão de sindicatos que reforce a unificação por ramos, em âmbito regional, estadual e nacional, com forte organização por local de trabalho.

3. A 7ª Plenária Nacional decidiu que a CUT deve realizar um amplo debate com diversos seminários, até o 1º semestre de 1996, para discussão dos seguintes pontos:

a) Discussão prévia nos ramos, no sentido de propor uma nova divisão territorial em vista da fusão dos atuais sindicatos em bases regionais ou estaduais e sobre sindicatos não filiados à CUT;

b) Definir os critérios a serem seguidos num processo de discussão política nas bases sobre a importância da fusão de sindicatos;

c) Detalhar como, quantos e quais serão os novos ramos de atividade para fins de

nossa reorganização interna dos filiados, à luz do 5º Concut;

d) Discussão dos princípios básicos de um Estatuto de modelo sindical cutista contendo regras de convivência democrática, processo eleitoral, consulta aos trabalhadores, regras de filiação, entre outros, tendo como referência os Estatutos da CUT;

e) No processo de discussão sobre o sindicato orgânico da CUT, deverá ter um papel fundamental a construção de uma política que vise a unificação dos cutistas, preservada a pluralidade de opiniões. Essa política deve se expressar na busca de mecanismos que garantam a composição proporcional entre as diversas visões cutistas, de acordo com seu peso na categoria.

f) Os prazos de implementação do sindicato orgânico.

As conclusões deste debate serão objeto de deliberação da Direção Nacional a ser realizada antes da Plenária de 1996. Tais deliberações serão submetidas à Plenária de 1996" (extrato). □

Construir a Alternativa

RAFAEL FREIRE NETO

Em 28 e 29 de agosto passado um Seminário Nacional que reuniu militantes sindicais decidiu pela fundação da Alternativa Sindical Socialista, nova corrente interna da CUT.

A decisão foi tomada num momento político nacional chave marcado por um forte ataque do projeto neoliberal aos movimentos organizados, em especial, ao movimento sindical, quando se verifica um quadro de relativa dispersão da militância cutista e o esgotamento do padrão de funcionamento de várias correntes sindicais.

A Alternativa se constituiu renovando o desafio de levar a luta mais geral pelo socialismo combinada com respostas aos desafios sindicais impostas pela realidade atual - nas empresas, em relação ao modelo de organização sindical e de negociação coletiva etc.

Trata-se de uma síntese de várias experiências sindicais. Pode ser ressaltada a dos(as) companheiros(as) da antiga Cut Pela Base que iniciou o debate sobre a necessidade de uma nova corrente há mais de dois anos atrás. A partir desses debates várias experiências começaram a se aglutinar no processo de constituição da Alternativa: a Força Socialista, agrupamentos regionais e militantes independentes. Existe ainda um diálogo forte com setores da Articulação de Esquerda em alguns estados.

A Alternativa já nasceu como a segunda força da Central como mostraram vários eventos. Teve 20% dos delegados no Congresso dos Metalúrgicos, 30% no dos Químicos da CUT e 20% na 7ª Plenária Nacional da Central. No Congresso dos Previdenciários foi a primeira força.

Mesmo assim, não é a mera "luta pela maioria" que orientará sua intervenção. Ao contrário, há um entendimento de que o centro de sua atuação deverá ser a disputa programática, no sentido de construir uma CUT radicalmente democrática, presente nas lutas sociais no Brasil, inserida no bloco democrático e popular.

Acúmulo programático

No processo da constituição programática da Alternativa Sindical Socialista, recuperamos os princípios básicos da antiga Cut Pela Base: a luta pelo socialismo, a independência de classe, a democracia. Contudo a afirmação de princípios se mostra insuficiente para armar a militância na atuação diária e para desencadear uma prática sindical diferente da que temos hoje.

Por isso, a Alternativa colocou-se como tarefa abrir uma ampla discussão de ampliação dos horizontes programáticos da ação sindical e a atualização do programa acumulado pelo movimento. Aqui estão pautadas questões como reforma do Estado, reestruturação produtiva, ação internacionalista, organização sindical, opressão de gênero e de raça, opção sexual, ética na ação sindical, meio ambiente etc. para uma discussão com o conjunto dos militantes.

Houve um alto grau de acordo político na fundação da nova corrente. No entanto, no tema da organização sindical cutista abriu-se uma polêmica sobre "sindicato orgânico", que se refletiu na nossa intervenção na 7ª Plenária. A decisão de se participar dos debates da Plenária manifestando o próprio debate interno foi assumida coletivamente.

Esse encaminhamento foi possível já que existe um amplo acordo na negação veemente do modelo corporativo da atual organização sindical, na defesa de um novo sistema democrático de relações de trabalho,

na unificação dos sindicatos por ramo de atividade, na democratização dos sindicatos cutistas etc. Quer dizer, a polêmica dentro da Alternativa reside em qual proposta de organizativa cutista é melhor para levar adiante esse perfil de organização sindical que é consensual.

As resoluções da 7ª Plenária apontando para o "sindicato orgânico" foram muito positivas e mostram, para o debate interno da Alternativa, que a opção de defender aquelas balizas para a organização sindical deve ser feita através do encaminhamento da "organicidade" do CUT desde o local de trabalho até o nível nacional.

Relação com o PT

"Para nós, nas lutas mais gerais, a CUT deve compor um bloco de forças tendo como perspectiva a disputa pela hegemonia política na sociedade brasileira e, para tanto, é necessária uma relação com outros movimentos sociais e partidários. No campo partidário, optamos por um diálogo permanente com o PT, o Partido dos Trabalhadores. Para a Alternativa Sindical Socialista o PT se constitui como um partido estratégico da classe trabalhadora. A nossa militância na corrente se constitui de militantes petistas, filiados, simpatizantes e independentes mesmo não filiados. Portanto, para nós é antagônica a participação de agrupamentos anti-petistas no interior da Alternativa Sindical Socialista. No entanto, a Alternativa Sindical Socialista não se constitui enquanto uma corrente orgânica ao PT".

A formulação acima faz parte das resoluções do Seminário Nacional. É o resultado de um longo processo de debate sobre a necessidade de articular a estratégia sindical com a estratégia partidária - sem negar que cada esfera tem dinâmicas diferenciadas. É tarefa dos militantes da Alternativa participar da vida partidária fazendo a ligação do movimento com o PT, sobretudo agora que nosso partido enfrenta debates de fôlego estratégico.

A Alternativa se propõe a ser um espaço de discussão e prática sindical que caminhe na perspectiva de enfrentar os desafios colocados para o movimento sindical cutista desta conturbada transição para o século XXI. □

Rafael Freire é membro da Executiva Nacional da CUT

A Alternativa Sindical Socialista já nasce como a segunda força da CUT.

A nova corrente se constitui combinando a luta sindical com a luta mais geral pelo socialismo.



BOB FERNANDES

A revista *Carta Capital*, dirigida à empresários, publicou em sua edição de agosto, uma extensa reportagem sobre quem é a oligarquia no poder no Brasil. Reproduzimos, editada, a apresentação do dossiê.

Ela trazia também um perfil de nove famílias há muito no poder: os Sarney no Maranhão, os Alves no Rio Grande do Norte, os Maciel da cidade pernambucana de Pesqueira, os Franco em Sergipe, os Magalhães na Bahia, os Andrada da cidade mineira de Barbacena, os Konder e Bornhausen em Santa Catarina, os Rosado da cidade Mossoró, no Rio Grande do Norte, e os Coelho de Petrolina, às margens do São Francisco, na divisa entre Bahia e Pernambuco. E concluía com uma matéria intitulada "O Congresso e a reforma impossível".

Goiás chegou à Constituinte de 1987 com três senadores e 17 deputados. Goiás, no correr da Constituinte, perdeu um pedaço e tornou-se também Tocantins. A nova capitania, foi logo entregue a família Siqueira Campos, do primeiro e do atual governador. O Distrito Federal, nascido de uma costela e, na prática, um enclave de Goiás, no andar da carruagem ganhou representação no Parlamento. O espaço físico e populacional do que já foi Goiás, repartido em dois e com a súbita maioria política do dileto filho Distrito Federal, chegou ao final da Constituinte com nove senadores e 33 deputados federais. Isso, tem muitos nomes. Uns, chamam de desproporcionalidade de representação. Outros, de maracutaia. Mas, como processo e resultado, chama-se oligarquia.

Quando por aqui se fala em oligarquia, é inevitável a menção aos velhos coronéis e seus descendentes, como se neles fosse possível congelar o espectro dos oligarcas. Faz-se de conta que as famílias donatárias de Estado, os chefões da província ou da paróquia, têm voz ativa e presença nos núcleos de decisão por obra do acaso. Finge-se desconhecer que oligarcas ainda mais poderosos são os financiadores de campanha, o grande empresariado que banca as eleições de deputados e senadores, faz caixa para eleger governadores e presidentes. É maçante, repetitivo, soa à pirraça ideológica, mas não há como não dizer: oligárquico é o poder de uma emissora de televisão ao derrubar ou fazer candidatos. Essa emissora ainda é a *Globo*, no plano nacional e em cada Estado. Amanhã, pode ser a *TV X*.

POUCOS. O sistema que envolve burocracias, chefes políticos regionais e nacionais, empresários, forças armadas, mídia e mantém fechados, coesos, os núcleos de decisão, é o próprio poder oligárquico.

Às vésperas do século 21, oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma de governo, mas chama atenção para o poder supremo nas mãos de um restrito grupo de pessoas. Conhecemos isto. Pessoas ligadas entre si "por vínculos de sangue, de interesses, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar", são oligarcas, diz Bobbio. E, no Brasil, o espírito oligárquico algo que perpassa a sociedade, seus hábitos e costumes.

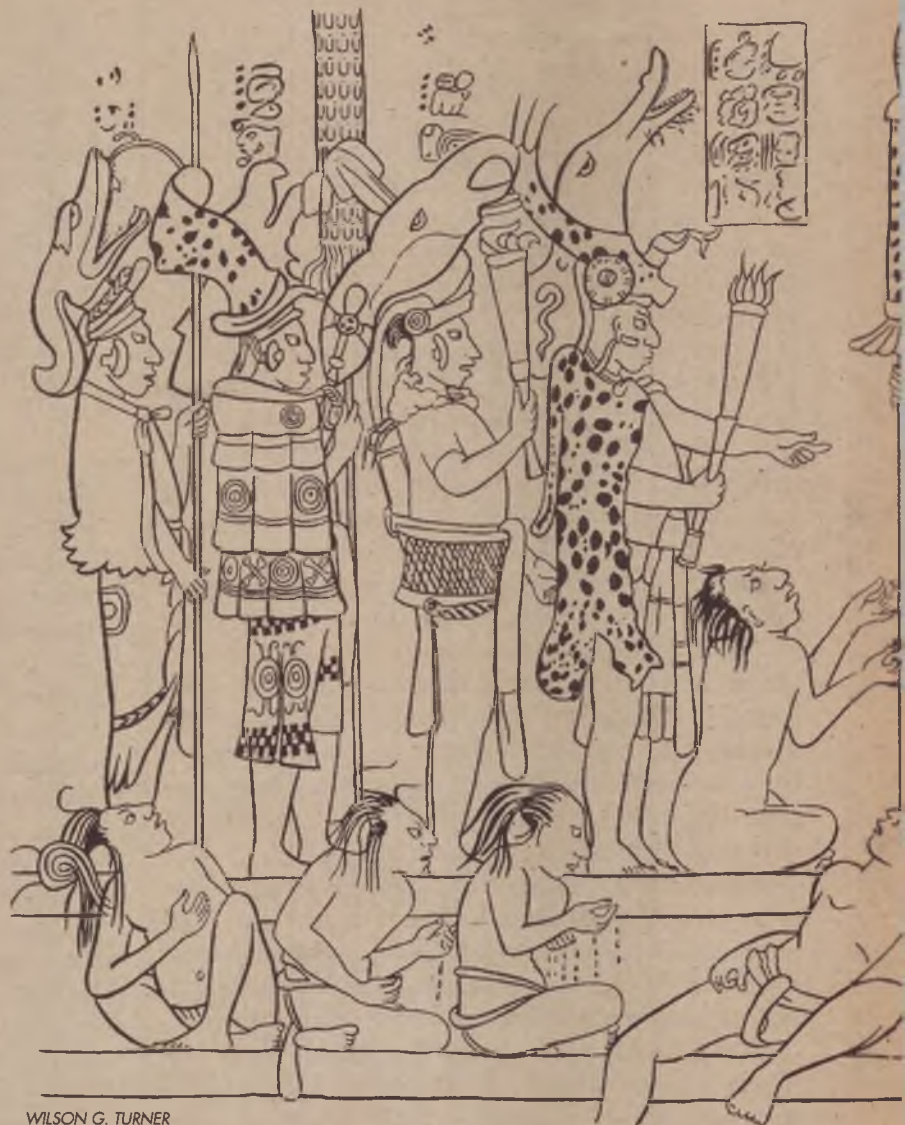
SOCIEDADE. Autor de *Os Donos do Poder*, Raymond Faoro mostra com uma clareza refratária ao niilismo sociólogo, como e porque vivemos numa sociedade patrimonialista e, portanto, oligárquica. O Estado regula a relações com a sociedade, pilota o jogo de concessões e trocas e tem ao seu dispor atores que se alteram na escala de importância - burocracias, forças armadas -, mas não deixam de cumprir o seu papel.

Numa sociedade democrática, o poder é de quem o conquista. Admite-se, e há, a alternância real do poder. No Estado patrimonialista, o poder é uma propriedade privada. Os exemplos de incorporação desse *modus* à cultura brasileira são intermináveis. O samba é propriedade dos bicheiros, aquela gente boa que, por ora, curte uma cadeira. O futebol, há 40 anos propriedade de Jean-Marie Faustin Godeffrois de Havelange, está entregue ao seu genro, Ricardo Teixeira, o Teixeirainha.

Na cidade do Rio de Janeiro, onde se deram mais de 3 mil homicídios no semestre passado, oligarcas emergentes querem isolar, a Barra da Tijuca. Em São Paulo, também palco de chacinas e de outros 3 mil homicídios, abanados ou nem tanto cercam e fecham ruas no Morumbi. Perspectivas? Enquanto Banco Mundial aponta o Brasil como campeão do planeta em má distribuição de renda, o arquiteto do país que vem aí, o presidente da República, nos diz que seu projeto é a "utopia viável". São gestos, hábitos, próprios de um Estado patrimonialista, oligárquico até a medula.

CASUÍSMO. Antes da acusação fácil aos oligarcas do Norte e do Nordeste, sempre os vilões nesta história, há que se buscar um exemplo recente: para manter o poder militar, então em alta na função de servo do Estado patrimonialista, fórmulas foram inventadas, reinventadas. O general Golbery, chefe da Casa Civil no governo Geisel e no início dos anos Figueiredo, foi o grão-mestre do casuísmo. Tanto no pacote de abril de 1977, que criou os senadores biônicos, quanto reforma partidária

As velhas



WILSON G. TURNER

de 1979, que ampliou o leque das agremiações políticas. No PP de Tancredo, Golbery via uma alternativa para mudar sem ter de mudar.

Leitão de Abreu voltou ao posto quando Golbery deixou o governo Figueiredo. Pisou na bola ao inviabilizar o PP e jogou Tancredo nos braços do PMDB. Nem por isso as tradições foram feridas. Tancredo, tendo Sarney como vice, acabou eleito em 1985 e o PMDB virou isso aí. Sempre em nome da manutenção do poder, que deixou as mãos dos generais, mas não mudou de donos. Quanto aos generais, recordemos, eram gaúchos, acariocados.

ALIANÇAS. No Congresso, os chefões do Nordeste têm espaço e maioria, por conta da velha aliança que preserva os oligarcas sem rosto, senhores das finanças, dos grandes negócios. Os chefões do Sul, Sudeste. Elas vem ainda da fase rural, do Império, e o que explica sua continuidade, é a política de conciliação.

A cada ciclo, as elites promovem mudanças que têm uma dinâmica de modernidade, mas que tentam evitar perdedores entre as velhas elites. As velhas e as novas oligarquias se justapõem, se associam. Por vezes, nesse jogo de assimilação e associação, surgem os conflitos, como em 1964. Conflito que, 21 anos depois, com a elei-

ANDRADA. O Antonio Carlos do Império era irmão de Bonifácio Andrada, o Patriarca da Independência, e de Martim Francisco, o primeiro ministro da Fazenda do Brasil independente. Bonifácio Andrada, deputado e atual corregedor-geral da Câmara dos Deputados, representa a sexta geração dos Andrada



ção de Tancredo-Sarney, promoveu um reconciliação de conciliadores. E emendou, na primeira eleição direta, 25 anos depois da crise, com a exemplar unção de Fernando Collor, descendente dos Vieira de Melo, senhores de engenho em Pernambuco no início do século 19.

ROSTOS. Governador de Alagoas desalagonizado pela mídia e a quem os paulistas deram milhões de votos e dólares de campanha, Collor era, para parte do baronato paulista, um conterrâneo, um amigo dos Jardins, do Urumbi. *Darling* das páginas e telas do Sudeste antes e durante, vilão e chefe de gangue nordestina na queda. Ainda assim, o que se deu ali não foi uma novidade. Com uma ação personificada em Getúlio Vargas, do Sul, e Antonio Carlos, de Minas, morreu a República Velha em 1930. Foi-se a política dos governadores, mas ficou intacto o ninho dos oligarcas: a União. Dos primeiros anos de Vargas no poder, lembremos de alguns nomes.

A Constituinte de 1934 foi presidida por Antonio Carlos Andrada, ex-presidente de Minas. Ascendente direto de Antonio Carlos Andrada, e com o mesmo nome, o do Império presidiu a primeira Constituição do Brasil, em 1823. Antes disso, foi deputado às cortes de Lisboa.

no Parlamento. Bonifácio é filho de Zezinho, falecido líder do governo Geisel. Pai de Toninho, 34 anos, prefeito de Barbacena, e Lafayette, 29, vereador em Lavras, Bonifácio diz: "O século 21 não é mais problema para os Andrada. Estamos preocupados com quem vai nos representar no século 22".

Em 1934, Magalhães Neto e Adolfo Konder eram companheiros de Antonio Carlos na Constituinte. Na Constituinte de 1946, estiveram Aluizio Alves, Walter Franco e Zezinho Bonifácio. Magalhães Neto é pai de Antonio Carlos Magalhães. ACM - sabem até as pedras, mas é dever do jornalista repetir - é pai de Luís Eduardo Magalhães, presidente da Câmara dos Deputados e da revisão constitucional.

FILHOS. Do Adolfo Konder de 1934 são sobrinhos os ex-governadores e ex-senadores por Santa Catarina, Antonio Carlos Konder Reis (relator-geral da Constituição de 1967 e adjunto em 1988) e Jorge Bornhausen, também personagem desta edição. Da mesma forma, Paulo e Fernanda, deputado federal e secretária de Estado, filhos de Jorge. Os Konder e Bornhausen, é de se lembrar, descendem do coronel José Henrique Flores, que governava Itajaí (SC) há 119 anos.

Aos 11 anos, em 12 de fevereiro de 1933, Aluizio Alves foi o escrivão da ata de fundação do Partido Popular em Natal (RN). Ele é retratado nesta edição, assim como o sobrinho, Garibaldi Alves, governador do Rio Grande do Norte - cargo que Aluizio já ocupou -, o filho Henrique, a filha Catarina, e a porção política da família que hoje manda no Estado. Companheiro de Aluizio em 1946, Walter Franco é pai de Augusto Franco, ex-governador de Sergipe, e avô de Albano, o atual governador.

REDE. Os Franco e demais famílias retratadas - à exceção dos Maciel e dos Konder e Bornhausen - têm nas mãos o instrumento que realimenta e revitaliza as oligarquias neste final de século: uma rede de emissoras de rádio e/ou televisão. O Brasil que manda deve a Antonio Carlos Magalhães a expansão do sistema de comunicação eletrônica como instrumento de perpetuação do poder. Do Oiapoque

ao Chuí, mas de mil emissoras foram concedidas no tempo em que ACM, ministro das Comunicações, arrancava mais um ano de mandato para Sarney.

Candidato a longa permanência na política, Luís Eduardo Magalhães percebe, como o Príncipe de Salina, personagem de *O Leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, que é preciso mudar para que nada se mude. Na Constituinte de 1988, o presidente da atual revisão apresentou uma emenda: propunha critérios mais adequados para a proporcionalidade da representação no Parlamento. A proposta foi bombardeada. Luís Eduardo tem Osvaldo Coelho como colega de partido. o PFL, e de Câmara. Em Petrolina (PE), com orgulho, Osvaldo diz: "São Paulo não tem 80 deputados porque eu apresentei uma emenda em sentido contrário a isso. Seria muito poder".

LÓGICA. Tem sua lógica. Não apenas porque há quem defenda tal desigualdade como forma de equilíbrio diante de outras desigualdades. Tem lógica porque a engrenagem oligárquica se intercomunica, conhece e reconhece o poder mútuo. O desequilíbrio externamente perceptível é, visto por dentro, por parte de quem opera o sistema, como algo dotado de um equilíbrio extraordinário. O rompimento disso poderia soar, para os oligarcas, como o começo do fim.

E não se espere gestos extremados, harquiris, por parte dos donos do poder. Talvez sequer se questionasse esse poder não fosse o Brasil o que é: uma tragédia diária amortecida por ilhas de impressionante riqueza. Não se espere gestos que jamais virão. Não virão porque não é da lógica do poder. A lógica do poder oligárquico à brasileira encontra a sua mais perfeita tradução no PFL, que não é apenas um partido, é um estado de espírito das elites.

PEFELISMO. O PFL existia no Império, existiu na República Velha, na Nova República. Pero Vaz de Caminha, quicá Cabral, deve ter sido do PFL. Na República Velha, o PR era PFL. Os irmãos PSD e UDN, a Arena e o PDS, o PMDB na Aliança Democrática, o Centrão, todos eles foram PFL. Ser PFL é ser o poder, não largar o poder. É trabalhar de manhã, à tarde, nas noites e madrugadas para, antes de mais nada, manter o poder. Oligárquico, do Estado patrimonialista.

Quando esta reportagem estava sendo feita, deu-se uma conversa com Bonifácio Andrada na seiscentista Fazenda da Borda do Campo, vizinha a Barbacena. Por ali passaram os imperadores Pedro I e Pedro II. Na mesa sentava-se Tiradentes para tramar contra Portugal. Enquanto se apurava as histórias dos Andrada, a família estava no PTB. No fechamento desta edição, os Andrada já haviam se mudado, de mala e cuia, para o PSDB. □



Os novos coroneis de FHC-Bresser

CARLOS MALDONADO

O objetivo básico da reforma do Estado de FHC-Bresser é tirar do horizonte a garantia pública dos direitos básicos de cidadania.

A reforma visa abrir áreas de negócios rentáveis para o grande capital nos serviços sociais, apresentados até hoje como "dever do Estado".

Em final do agosto o governo apresentou a proposta de reforma administrativa do Estado na forma de emenda constitucional. Do ponto de vista conjuntural, o que mais chamou a atenção foi o fim da estabilidade do funcionalismo, como moeda de troca para obter o apoio de governadores e prefeitos para as medidas tributárias do governo FHC.

Neste artigo mostramos que a proposta FHC-Bresser é muito mais do que isso: é uma articulada tentativa de tirar do horizonte direitos básicos de cidadania ao mesmo tempo que amplia negócios rentáveis para o grande capital, tendo no seu centro os "novos coroneis" - aqueles que desde o aparelho de Estado exercitarão o patrimonialismo num estágio superior ao visto até hoje.

Fazer X coordenar

A proposta do FHC-Bresser considera que o Estado brasileiro não pode e não deve seguir executando as políticas públicas. Parte de um diagnóstico da "crise financeira" do Estado. Mas se furta de atacar as raízes dessa crise: a alta sonegação entre os contribuintes mais ricos, a estrutura tributária injusta onde os impostos incidem principalmente sobre os que tem pouco, o peso das dívidas externa e interna sobre os cofres públicos, os subsídios aos capitais privados etc.

Diz que a "recuperação da poupança pública" só será conseguida se o Estado deixar de ser agente produtor para ser agente estimulador, coordenador e financiador das políticas públicas e sociais. Por isso, o governo defende que a responsabilidade das políticas públicas seja passada ao mercado, restringindo-se a financiar e a coordenar a sua execução. Sua opção é clara: não havendo recursos, não haverá serviços básicos para a população.

Uma análise mais apurada mostra que o que de fato se trata é de abrir "novos mercados" e transferir poupança pública para a iniciativa privada, transformando o Estado, mais uma vez, em alavanca para o desenvolvimento de novas alternativas de acumulação do capital.

De forma combinada, outra consequência da reforma proposta será o aumento do poder político dos

governantes de plantão que, funcionando como "mecenass dos novos mercados", passariam a ter significativamente aumentada a sua capacidade de se manter no poder.

Por isso, se aprovada a reforma de FHC-Bresser, podemos estar assistindo ao nascimento de uma nova forma de coronelismo, com uma roupagem "moderna", mas com muito mais poder. Aliás, se os "antigos coroneis" faziam uma apropriação individual dos recursos públicos, os "novos" o farão em função da classe capitalista através dos grandes grupos econômicos.

Rigidez da legislação

A proposta busca livrar os executivos (federal, estaduais e municipais) das "amarras" dos legislativos e recuperar a capacidade de iniciativa no que toca a transformação e a extinção de órgãos e funções hoje públicas.

Com isso, aqueles que representam a sociedade no legislativo deixam de ter papel principal para passar a serem fiscais ou coadjuvantes no que toca à estruturação, definição de papéis e funcionamento do aparelho do Estado.

Reforça, pois, o poder dos "novos coroneis".

A proposta FHC-Bresser parte do diagnóstico que a Constituição de 1988 alterou significativamente a distribuição de recursos públicos entre a União, os Estados e municípios, mas não redistribuiu as funções públicas, sobrecarregando a União.

Em resposta a isso, a proposta mais do que alterar o Pacto Federativo, propõe na verdade a dissolução completa da normatização de responsabilidade, em favor de mecanismos que possibilitem "acordos" entre os governantes de plantão.

Esses "acordos" permitiriam manipular os aparelhos de Estado e os seus recursos - patrimoniais, humanos e financeiros - ao sabor de conjunturas e dos interesses dos grupos no governo.

Setores do Estado

O governo concebe o atual aparelho de Estado dividido em quatro setores, propondo tratamento específico para cada um.

a) **Núcleo estratégico ou burocrático.** Definido como aquele que prepara, define e faz cumprir as leis, bem como estabelece as relações diplomáticas com outros Estados e garante a defesa do território nacional.

Este setor deve, segundo a proposta do governo, ser o único que fica sob controle absoluto do Estado e com um tipo de administração centralizada e verticalizada e com uma relação de trabalho tipicamente estatutária.

São exemplos: os núcleos centrais dos ministérios e secretarias de Estado e municípios, os legislativos, os judiciários, as polícias, as forças armadas e os núcleos centrais do fisco.

b) **Setores monopolistas de Estado.** Aqueles serviços que podem ser caracterizados como sendo os que têm como principal usuário o próprio Estado.

Para o governo este setor deve continuar sob controle do Estado, até porque não se constituem em atividade lucrativa. São exemplos: os serviços de fiscalização do fisco ao meio ambiente, aparelho central da seguridade social etc.

c) **Serviços sociais competitivos.** Ao classificar a educação, a saúde, a cultura, a produção de ciência e



WILSON G. TURNER

tecnologia neste setor, pretende dar cumprimento a ideia de repassar tais funções para a iniciativa privada, restando ao Estado o controle de sua execução.

Na proposta do governo este setor é caracterizado por "disputar mercados" com instituições privadas que oferecem serviços sociais e são mais "eficientes e baratas", induzindo-nos à ideia de desperdício na administração pública. Este argumento associado ao da crise da poupança pública servirá de base para o que proporá para o setor: o programa nacional de publicização.

Trata-se de criar "organizações sociais" de direito privado "sem fins lucrativos" que recebam autorização legislativa para funcionar e uma vez escolhidas pelo governo, passariam a administrar o espólio de órgãos públicos extintos mediante um "contrato de gestão".

Nesses contratos o Estado entra com o patrimônio (instalações e equipamento), cede o pessoal e garante o repasse de recursos públicos e, em contrapartida, a "organização social" se responsabiliza por um determinado nível de atendimento da demanda social, que uma vez cumprida, deixa a nova instituição à vontade para aumentar a oferta sem nenhum compromisso com a gratuidade dos serviços prestados.

Para termos ideia do que estamos tratando, estes setores do Estados são responsáveis por cerca de 55 a 60% dos trabalhadores do serviço público federal e no caso dos estados e municípios pode chegar a algo em torno de 70 a 80%.

Nestas instituições, hoje públicas, o gastos com pessoal consome cerca de 80 a 85% dos orçamentos das mesmas, que se caracterizam por ter como principal insumo, para o que produzem, os recursos humanos. Os padrões internacionais mais otimizados recomendam, para instituições similares, uma distribuição orçamentaria onde 75% dos recursos são utilizados para pessoal e o restante para custeio.

Ainda que estivéssemos rigorosamente dentro dos padrões internacionais o problema estaria não na distribuição mas na quantidade de recursos aplicados nestas funções sociais.

No mínimo a médio prazo, o Estado passa a dispor de um volume de recursos que lhe permite financiar outra "organização social". E existindo muitas demissões, como a reposição de mão de obra não será responsabilidade do Estado, este tempo diminui.

Dois exemplos do volume de recursos envolvidos: na educação superior federal R\$ 6 bi/ano, nas universidades paulistas R\$ 1 bi/ano. Imagine-se então o que significam em todos os setores, incluídos os três níveis de administração (federal, estadual e municipal).

O Estado "mecenas" abre e financia os espaços de mercado necessários à iniciativas privada e, ainda, patrocina uma gigantesca transferência de poupança pública para o setor privado.

d) Setor de produção de bens de serviço. Constituído por empresas que garantem um amplo acesso da população a bens de serviço e caracterizado por Bresser como atividades tipicamente empresariais, este setor recebe tratamento neoliberal clássico.

As relações de trabalho

Como consequência dessa proposta de reforma do aparelho de Estado, os executivos necessitam, para conduzi-los, de desregularizar ao máximo as relações de trabalho no serviço público.

O conjunto de medidas caracteriza uma reedição do "patrimonialismo", ou seja, como "dono do Estado", com concentração de poder no executivo e absoluto controle sobre a força de trabalho - abrindo um largo

espaço para o clientelismo e o fisiologismo.

Por exemplo:

- acaba com a obrigatoriedade do Estado em recrutar a força de trabalho através de concurso público, dando condições para contratar com critérios puramente "políticos";

- nos casos onde ainda aplica o concurso público cria a figura do "estágio probatório" de 5 (cinco) anos, um a mais do que o mandato do governante que contrata o que faz dos contratados reféns dos governantes de plantão;

- acaba de fato com a estabilidade do funcionalismo, a qual mais do que ser um direito do servidor é uma garantia do Estado na medida que evita, junto com o concurso público, que o governo de plantão exerça o poder de forma patrimonialista. □



LEROY H. APPLETON

Carlos Maldonado é coordenador geral da Federação de Servidores das Universidades (Fasubra). Este texto é uma versão editada de "Construindo uma alternativa de administração do aparelho de Estado brasileiro".

A resposta de esquerda

Para combater a tentativa de reforma conservadora de FHC-Bresser a esquerda deve mudar radicalmente os termos do debate e colocar no centro o direito que todas as pessoas tem de aceder aos serviços essenciais.

Consequentemente, deve ser rejeitada qualquer tentativa de organizar a discussão a partir da satisfação dessa demanda seguindo critérios do mercado - critério esse que encobre a satisfação das necessidades do capital e não do cidadão.

Em segundo lugar, devemos contrapor à proposta FHC-Bresser de concentração do poder nos Executivos uma visão de controle social. Se o Estado deixar de ser encarado como propriedade dos governantes de plantão, passamos necessariamente para uma visão onde a população tem o direito e o dever de definir as prioridades do exercício da função pública.

Isso significa que o usuário, sendo "objeto da ação" do Estado, deve ser "sujeito da avaliação" sobre o funcionamento dos serviços prestados - pelo que deverá ter um peso fundamental sua participação em espaços de avaliação institucional.

E, mais do que isso, devemos buscar formas de planejamento institucional participativo que incorporem tanto os servidores como os usuários como atores centrais.

Esse planejamento participativo deverá ser elaborado - a partir dos produtos da avaliação institucional - pelo conjunto dos trabalhadores e será submetido à deliberação popular dos usuários de maneira a que o volume de recursos disponíveis para o período em questão possa ser alocado seguindo metas alternativas definidas de-

mocráticamente. Assim, o fato de ser participativo envolverá o trabalhador na tarefa e engajará o usuário na defesa da instituição que o atende.

Estas propostas ainda deverão ter um tratamento diferenciado segundo se trate de setores do aparelho do Estado onde o principal usuário é a população ou aqueles onde é o Estado que tem essa função. Deve se considerar, no entanto, que as atividades onde as demandas partem do próprio Estado igualmente tem impacto sobre a população. Por exemplo, os serviços de arrecadação de impostos. Por isso, neste segundo caso trata-se de incorporar o planejamento e avaliação dessas atividades num espaço geral onde os dois setores se articulem, onde a população deverá ter assento.

Por último, nossa proposta deve trabalhar com medidas concretas para superar a crise fiscal, mas dentro de uma visão que incorpore a melhoria da distribuição de renda. Aqui, duas questões são chaves: o combate à sonegação e a mudança da estrutura tributária de forma a garantir o princípio da progressividade dos impostos.

Em suma, a questão da reforma administrativa do Estado não pode ser reduzida à questão da "estabilidade do funcionalismo" (item que é consequência de conjunto de medidas conservadoras e não o verdadeiro centro).

A esquerda deve buscar alertar para o que verdadeiramente está em jogo: a satisfação ou não dos direitos básicos de cidadania, que no modelo econômico anterior apenas começou a ser construído e já está sob ataque do projeto neoliberal. □

Uma estratégia dual

ALEJANDRO VENTURA E ANÍSIO PIRES

O debate em torno da derrota eleitoral do PT em 94 deixou em aberto questões profundas, que evidenciam problemas e contradições relacionadas com o projeto de outra sociedade, o programa eleitoral, a estratégia para realizá-los e o sujeito (os setores sociais e a organização política) que levará isso adiante.

Limites programáticos

O programa do PT não apareceu como uma proposta global, mas fragmentada em torno de reivindicações setoriais. Isso não é articulado devidamente com os fatores considerados *decisivos* para a derrota: a avaliação incorreta do Plano Real e a incapacidade de revelar o significado do projeto de FHC. A escassa expressão da elaboração do partido no debate eleitoral, mais do que uma causa da derrota, deve ser vista como corolário desses erros e incapacidades.

O PT tem dificuldades em assumir as limitações que subjazem à insuficiência programática. Nesse sentido, é importante o que afirma José Corrêa: "o programa não articula as propostas fragmentadas apresentadas pelos vários projetos setoriais num todo coerente... O fato é que esses elementos acabam estabelecendo uma hierarquia implícita em nosso programa, que está em contradição com o que é o seu eixo explícito,

a universalização da cidadania. O resultado é que as maiorias nacionais acabam encontrando muito pouco espaço efetivo em nossas propostas... As propostas para os 'excluídos' acabaram *objetivamente subordinadas* as propostas dirigidas para os setores organizados da sociedade e para as estruturas econômicas e de poder estabelecidas..." (Em Tempo 277/278, p.16) (grifo nosso).

Mas o objetivo da *universalização da cidadania* só parece viável, na ótica do autor, a partir da situação dos próprios incluídos, sem garantir com isso a possibilidade de uma transformação radical da sociedade (que parece relegada ao vago horizonte de *um novo projeto internacional de socialismo*). A inclusão da maioria da população na dinâmica do mercado, mais do que uma etapa prévia para uma nova sociedade, poderia conduzir objetivamente a um reforço do sistema capitalista realmente existente, no qual o mercado se colocou como instância dominante cultural, social e individualmente.

Por outro lado, essa perspectiva não fundamenta *uma estratégia antidualista de desenvolvimento nacional* (Mangabeira Unger), pois não elimina as dificuldades que apresenta à *lógica de acumulação do capitalismo*

neoliberal dos mercados globalizados (com a capacidade do capital de deslocar-se para outros mercados, frente a qualquer tentativa redistributivista), nem oferece um contexto de credibilidade que reforce a acumulação de forças por uma aliança de excluídos e assalariados.

"Moderados" e "radicais"

A existência dessa sociedade dual e polarizada exige uma resposta da esquerda. Em geral tem-se reconhecido os efeitos da ofensiva neoliberal, acusando-a de produzir um "apartheid social" e descrevendo-a, sugestivamente, como uma "fábrica de pobres". Mas detectada esta situação de polarização das sociedades capitalistas, adotam-se distintas posturas.

Uma primeira é secundarizar os setores excluídos, desenvolvendo uma política para os incluídos no sistema. Nestas posturas moderadas isto não aparece de forma evidente, na medida em que a busca de apoio eleitoral desses setores excluídos acaba se impondo na prática política. Assim, no máximo é assumida uma postura que visa deter esse processo de marginalização produzido pelo neoliberalismo e que adia para o futuro a promessa de um desenvolvimento incluyente.

Uma segunda é tentar representar os excluídos, que é o que em última instância têm pretendido fazer os setores radicais (é discutível se estão conseguindo fazê-lo). Esta visão não percebe a situação dos setores incluídos ou relega-os a um segundo plano.

Nossa posição se diferencia das anteriores e se situa numa terceira via. De forma sintética, reconhecemos que *se existe uma sociedade dual, necessariamente deve-se estabelecer uma estratégia dual que atinja e contemple aos setores excluídos e incluídos do sistema.*

Estratégia dual: os excluídos

Frente aos excluídos do sistema, a estratégia não pode passar por representá-los de forma artificial. Esses setores devem auto-representar-se a partir de sua auto-organização. Apostamos num fortalecimento dos movimentos populares que estão enraizados nesses setores sociais. A estratégia para esses setores consiste, obviamente, na sua inclusão no sistema, pois, possuem necessidades imperiosas a resolver no plano econômico e social e nos direitos políticos e culturais. Esta situação requer uma resposta imediata, assim como, um compromisso iniludível com a mesma. Agir em função de um programa de emergência parece ser mais pertinente do que esperar a realização de mudanças estruturais. Isso pareceria como uma atitude de cumplicidade com a atual situação, já que nenhum sujeito social está hoje preparado para realizar essa transformação estrutural.

Agora, que aconteceria se ficássemos orientados somente em termos de uma inclusão desses setores? Com essa inclusão, a economia de mercado - que já é um mito - passaria a ser ainda mais mistificada pela maioria da população. Mas, apesar de reconhecer que a inclusão de vastos setores excluídos dentro do mercado, significaria um reforço objetivo do sistema, não temos dúvidas que isso seria uma revolução. Como bem afirmou Lula, "dar de comer todos os dias", assim como permitir o acesso aos direitos civis e políticos à grande maioria da população "é uma revolução".

Revolucionar e simultaneamente reforçar o sistema



HENRY MAGRITTE

O indivíduo incluído no sistema vive contradições que podem levá-lo a rebelar-se contra a sociedade burguesa e apoiar um projeto alternativo.

capitalista é o aparente paradoxo deste aspecto democratizador da estratégia dual.

Estratégia dual: os incluídos

Os setores incluídos, mesmo participando da economia, do mercado, da política, dos diversos serviços sociais, tem acesso à educação etc., também possuem suas contradições e conflitos dentro da sociedade capitalista. Na estratégia dual, o processo de inclusão dos setores excluídos passa pela combinação de uma série de tarefas específicas para estes setores incluídos.

Dado que dentro dos setores incluídos se encontram diferentes subsetores, situados em distintos níveis de contradições entre si; devem ser consideradas tarefas específicas não somente o problema da exploração do trabalhador na sua luta pelo salário e pelo emprego, mas também as contradições e conflitos vinculados à dominação de gênero, geracional, de raça etc.

Outra tarefa seria buscar e concretizar formas de organização econômica mais avançadas do que as atuais relações sociais capitalistas, incluindo a forma de organização do processo de trabalho. A questão da preservação do meio ambiente e a problemática urbana são tarefas a serem reformuladas. As formas de elaboração e reprodução dos saberes, a reformulação no sistema educativo e o papel que os *mass media* cumprem em relação à manutenção da ordem social, devem ser seriamente encarados no seu papel socializador e normatizador que tende à reprodução da ordem social.

Colocar em prática estas e outras tarefas vai demonstrar a necessidade de superar o estreito marco das relações nacionais. O caráter global e mundial dos processos econômicos e políticos gera uma série de problemas para os quais só a integração regional e internacional dos setores incluídos poderá apresentar respostas efetivas.

Há setores incluídos - sobretudo a nível da juventude - que possuem uma conflitividade específica referida ao sistema capitalista, a qual não sendo resolvida por este implica numa forte tensão para o indivíduo. Em geral, a esquerda desconsidera isto e não percebe a existência de importantes setores sociais que, embora possam ter economicamente resolvida sua situação social, não deixam de ter contradições com o sistema.

Articulação entre incluídos e excluídos

Quando temos que concretizar propostas alternativas às políticas neoliberais tende a ocorrer uma discussão entre moderados e radicais sobre a viabilidade da implantação de medidas imediatas de distribuição da riqueza. Apesar de sua urgência, estas medidas implicariam num desajuste dos *equilíbrios macroeconômicos*. Colocada em termos técnicos, a discussão fica presa ao horizonte de problemas pré-fixado pelo próprio paradigma neoliberal. É o que se expressou nas vacilações petistas ao avaliar e explicar o significado da contra-reforma encabeçada por FHC. Apesar de se apoiar num programa imediato de emergência, as posturas radicais também não conseguem sair da "armadilha" dos equilíbrios macroeconômicos, ficando subordinadas às oscilações dos setores mais moderados.

Como resolver este tipo de questões sem abandonar o objetivo inicial, isto é, a inclusão dos setores excluídos? A inclusão dos vastos setores sociais mais carentes - que evidentemente vai provocar desajustes macroeconômicos - depende em última instância de uma postura política. Se a grande maioria dos setores incluídos da sociedade (que possuem emprego, acesso à educação, moradia, saúde e ao mercado etc), adotam uma determinação política sobre a inclusão desses setores excluídos - definida em termos de solidariedade ou por

outros motivos - a questão macroeconômica passaria a um segundo plano, assumindo sua verdadeira face política e social. Somente com esta combinação será possível considerar-se formas inovadoras que modifiquem a correlação de forças.

Se os setores incluídos definissem em termos políticos sua vontade de incluir os excluídos, aceitando inclusive desequilíbrios macroeconômicos temporários, seria viável essa "revolução anti-neoliberal" - não de maneira assistencialista, mas sim a partir da própria auto-organização e auto-representação dos futuros beneficiados. Isso produziria um isolamento dos grupos econômicos e políticos mais poderosos da sociedade.

Mas por quê razão os incluídos haveriam de vincular-se com os setores excluídos do sistema? Por quais causas concretas deveriam mobilizar-se esses setores incluídos? O fundamental é que essa vinculação se de no sentido de oferecer aos setores excluídos para sua auto-organização, a partir da conflitividade que sofrem os incluídos no sistema.

É neste ponto onde ganhará relevância toda a orientação utópica que perseguimos: o indivíduo que está incluído no sistema e que não consegue desenvolver-se como tal, deve abordar sua orientação e atuação política a partir desta sua situação concreta. Assim, a situação conflitiva do indivíduo deixa de ser um problema pessoal, psicológico ou referido exclusivamente ao indivíduo em si, para tornar-se um problema que - podendo assumir formas distintas -, está integrando a todos pelo simples fato de formar parte de uma sociedade determinada sistemicamente, que como tal impede o desenvolvimento pleno do indivíduo. A situação social chegou a um nível em que, objetivamente, a conflitividade dos indivíduos incluídos no sistema passou a ser uma condição política fundamental para o desenvolvimento de qualquer alternativa, motivo pelo qual deve ser tratada como tal.

Assim, para que estes setores incluídos possam articular-se com os excluídos a partir de sua própria conflitividade, isto é, a partir de sua própria contradição com o sistema, deverá reformular-se o conceito de utopia e deverá reconsiderar-se qual o sujeito capaz de realizar a mesma. □

Alejandro Ventura e Anisio Pires são integrantes do coletivo de juventude JENSCET. Parte do texto "A reconstrução da utopia; sua realização" (Montevideo, novembro de 1994).



Em guerra pelo tempo

RAFFAELLO RENZACCI

O amor ao trabalho assalariado é uma loucura que tem esgotado as forças vitais dos indivíduos.



JOHN GARRETT

As classes dominantes querem habituar-nos a considerar como normal o maior paradoxo da nossa época, a crescente contradição entre o desenvolvimento do conhecimento humano e a destruição que ele induz - não apenas em termos de guerras e catástrofes naturais mas também de danos sociais, fome, miséria e desemprego.

Esta é uma contradição que a espécie humana carrega consigo como uma maldição: uma incapacidade de dominar plenamente, de modo consciente e consistente, a força revolucionária do próprio conhecimento. O acúmulo dos saberes e das técnicas permite aos homens e mulheres não destinarem a totalidade da própria existência à procura e à produção do alimento, mas *o tempo, libertado da mera luta pela sobrevivência, torna-se objeto de uma luta feroz entre os indivíduos*, transformando-se para alguns em instrumento de poder e para outros em uma nova condição de opressão e sofrimento.

Do Neolítico até hoje não demos muitos passos à frente na gestão coletiva do tempo conquistado à natureza; pelo contrário, neste terreno o grau de civilidade da moderna sociedade capitalista é decisivamente inferior ao das sociedades tribais. O nosso tempo é um tempo que não nos pertence, é o tempo das máquinas absorvidas no processo de valorização do capital.

A loucura do trabalho

Mais de cem anos atrás, um grande dirigente socialista, Paul Lafargue, retomando conceitos de seu sogro Karl Marx, e em polêmica com as posições já então dominantes no movimento operário, escrevia: "Uma estranha loucura toma conta das classes operárias das nações onde domina a civilização capitalista. É uma loucura que carrega consigo misérias individuais e sociais que há dois séculos estão torturando a triste humanidade. Esta loucura é o amor ao trabalho, a paixão essencial do trabalho, levada até a exaustão das forças vitais do indivíduo e de sua prole" (Paul Lafargue, *Direito à preguiça*).

Hoje talvez fosse exagerado falar de um amor difuso pelo trabalho, também pelo fato de que grande parte dos velhos ofícios desapareceram e a maioria dos trabalhos são repetitivos e aborrecidos, mas a ética do trabalho permanece central na consciência dos trabalhadores.

Na cultura dominante o trabalho permanece o centro da experiência humana e o primeiro dever civil de cada indivíduo. Na nossa sociedade a única possibilidade que é concedida à maioria das pessoas para ter acesso a um certo nível de consumo e exercitar alguns direitos, é aquela de submeter-se à disciplina do trabalho assalariado. O trabalho mantém o seu valor ideológico fundamental como "centro dos valores e da identidade social dos indivíduos". (Franco Berardi, *Lavoro Zero*). Não é por acaso que neste sistema a

figura social dominante tem sido - e largamente ainda permanece sendo - a do homem adulto trabalhador, enquanto todas as outras figuras que estão excluídas do mundo do trabalho assalariado, ou têm com ele uma relação mais problemática, ocupam uma posição subalterna. Na sociedade industrial, por exemplo, a condição dos anciãos é caracterizada por uma progressiva marginalização.

Redução da jornada

A elevada taxa de desemprego que há alguns decênios caracteriza o Ocidente capitalista poderia fazer pensar em um futuro de papel menos dominante da ética do trabalho. Que sentido tem, de fato, a exaltação do trabalho como instrumento de redenção, se há cada vez menos trabalho?

E a falta de trabalho, mesmo quando não comporta uma total privação de rendimentos, como no caso do seguro desemprego, determina um sofrimento psicológico que frequentemente leva as pessoas ao suicídio. Para acentuar esse drama há o fato de que, na quase totalidade dos casos, o trabalho tão desejado é embrutecedor, desumano.

Não há dúvida de que *esta em curso uma tendência geral à redução da quantidade total de trabalho socialmente necessário*, apesar do crescimento do consumo social. Como afirma Marx, o capital na sua constante transformação tende a incorporar nas máquinas quotas crescentes de trabalho vivo, humano. Em torno à metade do século passado na Europa se trabalhava em média 3.600 horas por ano, 14 ou 16 horas diárias para uma média semanal de 90/100 horas e não havia nem domingos, nem dias festivos. Hoje o horário anual é de cerca de 1.750 horas, vale dizer que em 150 anos caiu para menos da metade. E a progressiva redução do tempo de trabalho não foi consequência automática do progresso tecnológico, mas *o fruto de lutas sangrentas conduzidas pelos trabalhadores contra o capital*.

A sociedade dos dois terços

Como é possível continuar a se pensar no trabalho como centro de todo ordenamento social, quando este ocupa um espaço cada vez mais limitado? Nos encontramos frente a um dos fatores de crise essenciais do modelo capitalista.

O capital não resolve esta contradição, mas responde a ela com *a fragmentação dos sujeitos e uma nova estratificação social*. É a chamada sociedade dos dois terços: haverá uma parte da sociedade para a qual *o trabalho manterá a sua função material e ideológica de prêmio e gratificação* e uma outra parte da sociedade para a qual *a relação com o trabalho será mais ocasional e marginal, funcionando no plano ideológico como expectativa*. Paradoxalmente, apenas uma separação desse tipo pode infundir novo fôlego à ética do trabalho. No modelo japonês, enquanto o toyotismo é a tentativa de renovar extratos de trabalhadores fiéis e garantir o amor pelo trabalho - uma dedicação total ao próprio trabalho, algo impossível de obter-se através de um modelo puramente autoritário -, em uma dimensão paralela vive um extrato de trabalhadores menos garantidos e com uma relação com o trabalho fundada na incerteza. Mas é através desta separação das condições que o trabalho não perde o próprio valor e não se desvaloriza ideologicamente.

Imaginemos uma sociedade onde fosse possível todos trabalharem, para a produção social necessária, dois dias por semana ou três meses por ano. Como pode o trabalho manter um peso determinante na vida das pessoas?

Invasão de todas as esferas

Com a crescente centralidade da empresa capitalista e a flexibilização paralela das condições de trabalho, pelo contrário *tende a crescer a dependência da vida social em relação ao trabalho assalariado*. Existe um "efeito halo", isso é, a interferência do trabalho e dos seus tempos na esfera temporal não comprometida no trabalho. Em uma estrutura produtiva onde tudo é flexível (os horários, turnos, as relações

de trabalho, os cargos, deslocamentos, etc...), o efeito halo tende a envolver uma boa parte do tempo de vida.

De fato, se a mão-de-obra por locação, o maior protótipo do trabalho flexível, se afirmar como regra, quanto será o tempo perdido na espera, no estar à disposição, nos contínuos deslocamentos, nas permanentes reprogramações da existência?

No fundo já não é esta a condição de milhões de desocupados que vivem na subocupação, na precariedade, no trabalho temporário? Quanto do seu tempo e da sua energia mental empregam, quase sempre inutilmente, na procura e na espera da mínima chance de emprego?

Justamente quando o trabalho deveria ter uma importância menor, ocorre um processo inverso pelo qual alguns são constringidos a trabalhar cada vez mais, com os tempos de trabalho que invadem prepotentemente toda sua esfera privada, enquanto outros ocupam boa parte do seu tempo na tão cansativa quanto inútil busca de trabalho. Tudo isto é inquestionavelmente uma loucura.

Direitos inatos

Bater-se contra a ética do trabalho e a sua centralidade não significa aderir às teorias sobre a recusa ao trabalho, nem deixar de lutar contra o crescimento do desemprego. Trata-se de derrubar uma visão de mundo na qual certos direitos e benefícios são vistos ainda como uma certa contrapartida do dever de trabalhar.

Devemos compreender que, além de não existir uma relação direta entre a riqueza que os trabalhadores produzem e o que recebem em troca, é da máxima importância a afirmação da universalidade de alguns direitos sociais, prescindindo totalmente da relação com o trabalho. O direito a uma renda mínima, o direito a ter uma casa, o direito de ter mais tempo para si, o direito à saúde, o direito a uma velhice digna, o direito a um ambiente não poluído, o direito ao estudo etc... devem ser reivindicados como tais, isso é, fora de qualquer relação contratual.

Hoje, pelo contrário, por sobre as questões decisivas das condições sociais emerge uma tendência ao trabalho assalariado reconstituir-se como fonte dos direitos mais essenciais.

Da utopia à concretude

Nos últimos tempos na Itália ganhou atualidade o debate sobre a redução da jornada. Mas impressiona, aí, a falta de qualquer ligação com as dinâmicas reais. Por exemplo, ao longo de 1993 as horas semanais de trabalho na indústria foram em média 43, enquanto as horas-extras passaram das 50 horas em 1980 às 83 em 1991 - e isso graças a um acordo sindical que de fato favoreceu o alongamento do tempo de trabalho. A construção das lutas concretas deve superar esta defasagem entre teoria e realidade que pode transformar, a longo prazo, uma meta realista e atual como a redução de jornada em uma hipótese puramente utópica.

A introdução massiva de novos sistemas tecnológicos, de inovações organizacionais e de produto, tanto na área da produção como dos serviços, está levando a uma contínua economia de trabalho. Nas fábricas Fiat, há quinze anos atrás eram necessárias 170 horas de trabalho para produzir um carro, hoje 14 horas são suficientes. Nem todo esse milagre se deve apenas ao progresso tecnológico, uma parte resulta do aumento da intensidade do trabalho e da exploração, mas a substituição do trabalho vivo pelas máquinas permanece um fator-chave.

Princípio vital do capitalismo

E é assim que voltamos às alternativas do Neolítico: ou este tempo economizado é redistribuído igualmente para toda a sociedade, ou mais uma vez produzirá novas opressões e injustiças sociais.

Por que qualquer hipótese de redução de jornada encontra tanta resistência entre os capitalistas? Por que as empresas se opõem também a formas de redução de jornada pelas quais obtém de fato lucro, como nos casos dos "contratos de solidariedade"?

Se aceitássemos como decisivo o problema do custo de trabalho, alguém deveria explicar porque a indústria alemã não foi à ruína, uma vez que a nível europeu suas jornadas médias de trabalho entre as mais baixas e o custo salarial mais alto do mundo (US\$ 24,87 a hora).

O fator que antes do custo de trabalho são decisivas as

estratégias de investimento, as inovações e a qualidade dos produtos. Por si só, portanto, a introdução das 35 horas com paridade de salário não levaria à ruína nenhuma das economias dos países industrializados.

Guerra civil

São muitos os motivos que levam as empresas a recusar com tanta veemência a redução de jornada, mas há sobretudo uma oposição de fundo que, para usar uma expressão de Marx, transforma toda luta pela redução do tempo em uma "guerra civil". A diferença de outras reivindicações dos trabalhadores, como aumentos salariais, melhorias no ambiente de trabalho etc, a redução de jornada não só tem um custo para o capitalista, mas ofende também um princípio vital da ordem capitalista: através dela os trabalhadores tentam escapar à escravidão do trabalho assalariado.

Mesmo se as 35 horas não representam hoje na Europa uma redução quantitativa relevante, assinalam uma passagem histórica: "Quando o movimento operário reivindicou a jornada de trabalho normal justificou a reivindicação com uma subdivisão do tempo que parecia corresponder, por assim dizer, às exigências da própria natureza: oito horas de trabalho - oito horas de sono - oito horas de vida de ser humano. Parecia assim uma relação equilibrada entre o tempo expropriado, organizado por outros, e o tempo próprio.

"Suponhamos que no futuro a jornada seja dividida assim: sete horas de trabalho - oito horas de sono - nove horas de vida de ser humano. Já nessa simples comparação seria fácil reconhecer que a parte de tempo dedicada à vida de ser humano, qualquer maneira que seja concebida e realizada, tem uma certa preponderância. (Oskar Negt, *Tempo e trabalho*).

A redução do tempo de trabalho está se aproximando de uma linha crítica na qual o trabalho assalariado perderá grande parte de sua função de ordenador social. Para além de um certo limite a redução não é só quantitativa, mas marginaliza o significado do trabalho na consciência da pessoa, desestabilizando esta relação básica pelo capital.

Temos pela nossa frente um desafio revolucionário; devemos nos engajar numa guerra civil pelo tempo para recuperarmos todas aquelas atividades humanas que permaneceram à sombra do trabalho, impedindo-nos de construir o bem-estar e a felicidade, vale dizer, a amizade, a moral, a beleza. □

Este artigo foi originalmente publicado no primeiro número da revista italiana *Chaos*.

Se a flexibilização do trabalho assalariado torna-se a regra, ele vai interferir muito mais na vida social.

Devemos ser totalmente contra qualquer vinculação entre o acesso a direitos sociais e o dever de trabalhar.



Direito natural e socialismo

FRANCISCO LOUÇÃ

O pensamento socialista foi influenciado pelo acontecimento fundador da política moderna, a Revolução Francesa, e não pode ser compreendido a não ser em referência à inauguração das contradições da modernidade. Essa brecha de 1789 é o que distingue os processos sociais e as utopias do século XIX em relação a todos os predecessores. Buscamos aqui indicar algumas das características dessa influência, respondendo ao mesmo tempo ao argumento que reduz a revolução francesa à emergência da burguesia e da modernização capitalista, o progresso - ou o "progresso regressivo", como lhe chamava Adorno.

Mais precisamente, indica-se a importância do "direito natural" para o desenvolvimento das utopias socialistas - essa concepção segundo a qual os seres humanos tem direitos por natureza, sendo livres e iguais desde o nascimento, e que reivindica para esta fonte do direito o primado sobre todo o direito normativo, na medida em que o universal deve dominar o particular. Tal como a própria revolução de 1789, o direito natural não é redutível a um apostolado da propriedade burguesa e da nova racionalidade do governo representativos da repúblicas ou dos impérios novecentistas. Ou, por outras palavras, nenhum pensamento e ação da esquerda de hoje pode ignorar ou esquecer as contribuições de Robespierre, de Saint-Just, de Rousseau ou de Simon de Linguet - que são muito atuais do ponto de vista da crítica dos sistemas políticos representativos que agora conhecemos.

A natureza humana

O direito natural representa, no final do século XVIII, a evolução de quase três séculos de reflexão acerca da natureza do poder. No século XVI, Grotius, um jurista holandês, tinha formulado esta doutrina revolucionária: o poder não depende da concessão divina, mas é estabelecido entre os homens num momento originário da sua história. Na realidade, a teoria do contrato também justificava os despotismos: para Hobbes, a situação natural entre os homens era a violência destrutiva, o homem é o lobo do homem, e o acordo que instituiu o poder delegado era mesmo a sua única defesa contra a destruição. Assim, o soberano estava imbuído de todos os poderes, porque a sua autoridade era a fronteira entre a vida e a morte das sociedades. Esse poder, o Estado-Leviathan - como lhe chamava Hobbes, do nome da baleia assassina, Leviathan -, era o mais absoluto e impiedoso, e a devoção e obediência devia ser a mais cega.

Este direito natural era portanto uma justificação dos princípios e da sua prepotência. É portanto em reação contra essa ordem que se vão levantar algumas das mais importantes movimentações utópicas de todos os tempos: Thomas Munzer, com o arco-íris na bandeira, milenarista e profeta,

leva a reforma religiosa às últimas consequências e junta os camponeses na guerra contra os castelos, prometendo o paraíso na terra e atacando a propriedade que o nega, ao mesmo tempo que o Lutero, outro reformador, se alia aos príncipes.

Foi no entanto preciso esperar a revolução francesa para que esses movimentos possam desenvolver e triunfar. Tinha sido preparado pela crise da filosofia do direito natural, em particular pela crítica de Rousseau, que se lançou valentemente contra a teoria do contrato: que acordo é esse que permite os cidadãos livres delegarem o seu poder e que dessa forma o percam, ficando escravizados na sociedade civil?

Ora, se o direito natural concebido como a justificação do despotismo foi destruído pela revolução francesa e pela decapitação do rei, o direito natural entendido como uma reivindicação refundadora para a igualdade e pela constituição de uma nova sociedade só começava os seus caminhos com esse ataque às Bastilhas.

Nova filosofia dos direitos

O debate sobre o conteúdo dos direitos do homem e do cidadão foi um dos temas centrais desta revolução, e ficou consagrado em várias declarações constitucionais, principalmente as de 1789 e de 1793, tendo sido recusado pelos textos de 1791 e de 1795.

O direito natural era afirmado contra os dogmatismos das Igrejas e das guerras religiosas, que tinham dilacerado a França, contra o despotismo do soberano, contra as políticas guerreiras de conquista e de extermínio - como a aniquilação dos índios nas Américas - e contra um regime de poder que o executivo tinha a supremacia incontestada. Como consciência crítica dos poderes, a nova filosofia assegurava a laicização e a privatização das religiões, bem como assegurava a unidade do gênero humano e o direito à vida como um ponto de partida para toda a política. Assim se afirmava seu caráter radicalmente utópico: pela primeira vez se concebia a universalidade como uma política, e a política era então concebida como uma ética em que a liberdade era considerada idêntica à igualdade.

Deste ponto de vista, a legitimidade não está na força mas na cooperação, e o poder deve ser a coisa pública, a *res publica*. A própria separação entre os direitos do homem e do cidadão pode ser argumentada como uma forma de conceber a anterioridade do direito em relação a cada ordem social, delimitando portanto a própria esfera da política à reciprocidade do direito - Marx criticaria mais tarde essa separação, na *Questão Judaica*, mas de um outro ponto de vista: só a unificação de conceito de homem e de cidadão permitiria a política emancipadora concreta.

Se a cidadania correspondia à liberdade em sociedade, então o legislativo deve ser o poder dominante, dado ser a expressão da consciência social, e o direito cívico não se reduzia à representação - o poder de delegar poder, de eleger representantes - mas também inclui o direito de participar diretamente na atividade legislativa, na formulação da lei.

Evidentemente, essas concepções foram energicamente combatidas pelos reacionários e sofreram avanços e recuos. A Constituição aristocrática de 1791 representava a rejeição desse direito, que no entanto foi restabelecido pela revolução de Agosto de 1792, quando o rei é preso e se estabelece a república e o sufrágio universal masculino. A Declaração de 1793 é o documento mais completo deste novo direito natural. E finalmente a contra-revolução termidoriana faz triunfar um golpe de Estado e destrói em 1795 os direitos entretanto adquiridos, restabelecendo o poder absoluto de uma liberdade reduzida à do comércio e de uma universalidade identificada como capitalismo, o colonialismo, o restabelecimento da escravatura (em 1802) e dominação tradicionalista do homem sobre a mulher. A lei passa ser considerada a expressão da maioria e não a emanação de direitos fundamentais que não podem ser questionados.

Robespierre: o direito na evolução



EDWARD WESTON

Robespierre adota esta orientação radical para a defesa dos direitos naturais. No projeto de Declaração que submetem ao clube dos jacobinos, Robespierre e Fabre d'Eglantine escrevem: "Todos os cidadãos são membros do soberano; tem todos um direito igual a concorrer por si mesmos, ou por delegados da sua escolha, à preparação das leis e a todos os atos públicos. Tem igualmente o direito de concorrer, nas suas seções respectivas, a todas as eleições. O direito de revogar os representantes do povo, e todos os delegados do corpo social, é da mesma natureza que os de eleger, e pode ser exercido do mesmo modo".

E se estes textos estabeleciam a igualdade política e a forma de participação popular no governo, também discutiam a questão mais importante, a do lugar da propriedade entre os direitos. Como se sabe, o direito de propriedade foi considerado um direito natural na Constituição de 1789 por uma pequena margem de votação dos constituintes (e é ignorado como tal na Declaração dos Direitos do Homem aprovado na ONU em 1948). Ora, isto levanta um problema, porque a propriedade discrimina em vez de igualizar e o acesso à propriedade não é de forma alguma um bem universalmente distribuído, como a vida. Por outras palavras, o grande debate do direito natural da revolução francesa foi saber se a propriedade estabelecia ou limitava o direito do ser humano e dos cidadãos.

A Declaração de 1793 inclui o direito de propriedade entre os direitos essenciais, mas delimita-o cuidadosamente, com uma argumentação que ainda hoje tem validade. Dizem os seus artigos oitavo, nono e décimo: "O direito de propriedade é limitado, como todos os outros, pela obrigação de respeitar os direitos de outrém. Não pode prejudicar nem a segurança, nem a liberdade, nem a existência, nem a propriedade de seu semelhante. Toda a posse, todo o tráfico que viole esse princípio, é essencialmente ilícito e imoral".

E, imediatamente, diz o artigo décimo primeiro: "A sociedade é obrigada a fornecer a subsistência a todos os seus membros, seja assegurando-lhes trabalho, seja assegurando o meio de subsistência aos que estão sem condições de trabalhar". Assim sendo, o Estado e a coletividade são obrigados a fornecer trabalhos e a garantir a vida de todos os seus cidadãos.

Linguet: a propriedade é o roubo

Simon de Linguet, advogado era também o jornalista mais célebre na França, e um dos defensores do direito natural: várias vezes preso na Bastilha, expulso da França, exilado na Inglaterra, depois regressa e participa nos primeiros anos da revolução francesa, para então tornar-se vítima de uma cabala e ser guilhotinado em 1794. Os seus textos afirmam que a propriedade estabelece uma violação do direito natural da humanidade: "A propriedade é anterior às leis (...) e estas são, de certo modo, uma conspiração contra a parte mais numerosa do gênero humano". Comparando a dominação burguesa com o despotismo asiático, Linguet escreveu páginas panfletárias brilhantes que nem sempre foram bem interpretadas.

Escreve Linguet sobre a produção capitalista: "As suas cadeias [dos escravos e dos trabalhadores assalariados], tecidas da mesma matéria, só estão colocadas de modo diferente. Aqui são negras e parecem pesadas; ali tem uma aparência menos triste e parecem mais ligeiras; pensem-nas com imparcialidade e não encontrareis nenhuma diferença; umas e outras foram igualmente fabricadas pela necessidade. Tem exatamente o mesmo peso ou, mais ainda, se há algumas gramas a mais num dos lados, é naquela que exteriormente parece mais leve".

Linguet bateu-se durante a revolução contra os primeiros profetas do liberalismo econômico, os fisiocratas, que advogavam a total liberdade do comércio, a começar pelo dos bens de primeira necessidade. Ora, um dos confrontos mais importantes da revolução foi em torno da necessidade de controlar os preços dos bens da alimentação popular, em nome do direito à sobrevivência contra o direito ao lucro e portanto ao exclusivo da propriedade. A instauração do "máximo", do preço controlado desses produtos, foi uma grande das conquistas desses anos, e provocava naturalmente a indignação dos comerciantes e dos industriais.

Neste sentido, a reivindicação do direito natural como um direito acima dos contratos e das normas, como uma restrição à dominação econômica e ao privilégio, e em particular a denúncia da propriedade como uma usurpação origi-

nal - permitiu anos mais tarde o desenvolvimento de todas as capacidades críticas do socialismo utópico. Pois foi já o socialismo que denunciou os caminhos desta usurpação, da propriedade como um roubo, das instituições (o casamento, a herança, o divórcio, a lei laboral, a lei geral dos contratos) que lhe correspondiam. Owen, Fourier, Saint Simon serão assim alguns dos continuadores desta brecha da revolução francesa.

A política dos direitos gerais

Mas existe ainda um outro terreno em que esta crítica do direito despótico e da ordem estabelecida teve um importante impacto - se bem que seja o que é hoje mais facilmente ignorado e esquecido. Trata-se da forma de organização do sistema político e da participação popular no governo e na tomada de decisão.

Pois a Declaração de 1793 não só reclamava que o direito à insurreição e o direito à resistência contra a injustiça e a prepotência são direitos inalienáveis da humanidade - restringindo e subordinando os poderes ao direito natural - como a prática institucional da revolução francesa indica algumas das direções que devem ser seguidas pela crítica do Estado.

Durante vários anos, a participação democrática era instituída a todos os níveis do aparelho de Estado: os funcionários públicos eram eleitos, incluindo os juizes e os acusadores públicos (o equivalente do nosso ministério público), os presidentes de câmara, os deputados (eleitos por um ano). Por proposta de Saint Just, os funcionários deviam prestar contas do seu mandato cada dez dias, e podiam portanto ser demitidos a qualquer momento.

Por sua vez, o governo, o comitê de salvação pública, era eleito pela Convenção cada mês, seguindo o conceito de "governo civil"; os cidadãos não se limitavam a eleger representantes como podiam intervir diretamente na elaboração da legislação; e, essencialmente, o poder político estava baseado na instância representativa - o legislativo - que era centralizada, enquanto o executivo era dependente e descentralizado. A derrota termidoriana da revolução correspondeu a uma inversão completa nesta estrutura do poder, com o regresso à centralização do executivo, que ainda hoje é a forma típica de organização do Estado.

Ora, conhecendo-se os perigos e desvios profissionais do poder, a idéia do predomínio do legislativo, que corresponde a uma forma ativa de participação no poder e que foi sempre a marca das grandes revoluções - a isso se chamou de soviets na Rússia de 1917 - é ainda agora uma proposta subversiva que deve figurar nos programas mais realista para a mudança dos sistemas políticos. Porque é a que corresponde a um direito inalienável, a de intervir nos assuntos da coletividade. Um direito natural. □



JOHN GARRETT

Mesmo presentes nas Declarações produzidas na revolução francesa, o direito de propriedade era cuidadosamente circunscrito.



JOHN GARRETT

GÖRAN THERBORN

Todos estamos de acordo em que o neoliberalismo pertence ao império do mal. Em vários casos, inclusive, podemos calcular o grau de maldade que ele supõe. Isto é, avaliar os custos que acarreta a destruição econômica das nossas sociedades.

No entanto, é importante sublinhar que o neoliberalismo não pode ser reduzido a uma simples loucura, nem apenas a um projeto burguês mal-intencionado. Em parte, ele é um pouco de tudo isto, ainda que suas margens excedam o reducionismo de tal explicação.

Doutrina coerente

O neoliberalismo é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição.

Devemos perguntar-nos, então, o que pode chegar a ser o “pós-neoliberalismo”. Na minha opinião, ele não é necessariamente o socialismo, nem outra nova etapa do capitalismo. Podemos dizer, mais concretamente, que o pós-neoliberalismo será uma situação política e social em que os desafios e as tarefas da justiça social, os direitos sociais e econômicos de todos os seres humanos, os problemas planetários do meio ambiente e a questão da arquitetura do ambiente social estarão no centro do discurso político. Dado que o neoliberalismo como tal é uma superestrutura do capitalismo atual, o pós-neoliberalismo deverá ser outra nova situação política e ideológica.

Uma esquerda séria

Diante de um neoliberalismo sério necessitamos de uma esquerda séria. Os dias do populismo ficara para trás. Na minha perspectiva, os novos desafios da esquerda podem ser reunidos em três conjuntos de tarefas.

Em primeiro lugar, *necessitamos de análises empíricas rigorosas sobre os novos mecanismos de acumulação, sobre os processos de mudança cultural e de destruição social.* Hoje, mais do que nunca, são insuficientes as repetições de teorias clássicas. Devemos conhecer as novas formas de injustiça social e, sobretudo, os mecanismos e os processos concretos que introduzem e reproduzem a miséria, a doença e a violência.

Necessitamos, em segundo lugar, *reconhecer o valor da capacidade de gerenciamento, ao mesmo tempo que devemos aprender a manejar a produção, a administração e a di-*



A HISTÓRIA NÃO TERMINOU

reção macroeconômica e macropolítica. Isto é, na minha opinião, muito importante para evitar a falsa idéia de que “competência” e “justiça social” se opõem. Para evitar contrapor, por exemplo, a estabilidade monetária à justiça social. A experiência de sucesso relativo dos social-democratas nórdicos, depois dos anos 30, deveu-se sobre tudo à sua eficiente combinação de ética social e capacidade gerencial.

A terceira tarefa de uma esquerda e para o futuro consiste em *ampliar a sensibilidade artística na arte política da comunicação de massas.* Dado que este atributo me falta, não tenho muitos conselhos para dar a respeito. No entanto, gostaria de delimitar, pelo menos, algumas direções nas quais teria que se expressar essa sensibilidade da arte política. Parece-me importante que *um discurso de uma esquerda do futuro, de uma esquerda vitoriosa, deve levar em conta cinco interesses e forças específicas.*

O discurso do futuro

Em uma ordem arbitrária, estas forças são os seguintes.

*A classe operária e as classes populares em um sentido amplo. Essa sensibilidade política tem que se expressar em *um discurso classista* que leve em conta as tradições, as experiências e os interesses dos trabalhado-

res e também dos trabalhadores potenciais, os desempregados.

* Por outro lado, nosso discurso tem que assumir uma orientação movimentista, com especial atenção para *os novos movimentos sociais* de tendências progressistas como, por exemplo, os movimentos feministas, os ecológicos e muitos outros.

* A rigor, os dois anteriores constituem discursos políticos mais ou menos clássicos. Ao lado deles, também é importante levar

em conta outras dimensões. Isto é, *novas formas de concepção social* que têm um potencial progressistas e que existem nas camadas médias e também em certos setores das classes burguesas. Uma destas dimensões é a tendência a uma *possibilidade de solidariedade individualista.* Isto é, um compromisso solidário sem a inserção coletivista, em um ambiente social coletivo a longo prazo. Esta solidariedade individualista se expressou, de forma talvez mais clara e importante, na defesa dos direitos humanos. Dedicção que, em muitos casos, é e foi individual, mas, ao mesmo tempo, supõe um tipo de individualismo que reflete certo grau de solidariedade, um individualismo solidário. Esta *possibilidade de inéditas combinações de solidariedade e individualismo* se deriva das novas estruturas sociais e das novas culturas emergentes.

* Existe outro aspecto de uma abertura possível (não necessariamente provável, ainda que potencialmente realizável) nos setores médios: *o egoísmo racional.* Isto é, um egoísmo que reconhece a irracionalidade dos custos sociais e dos efeitos negativos, não apenas para os pobres mas também para os próprios ricos, da miséria, falta de esperança, da violência, da criminalidade, do medo. *O individualismo solidário e o egoísmo racional* poderão, em alguns países, acrescentar novas forças ao projeto de uma esquerda do futuro.

* Por último, um discurso que aspira à hegemonia tem que dirigir-se aos interesses da *nação.* Mas as seus interesses, não em um sentido nacionalista e em oposição ou em conflito com os interesses de outras nações. Um discurso hegemônico da esquerda deve considerar que a “nação” é a sociedade em sua totalidade, com sua história e seu horizonte cultural coletivo. □

Goran Therborn é professor da Universidade de Gotemburgo. Foi presidente da Associação Escandinava de Sociologia. Este texto reproduzir, de forma editada, sua intervenção no seminário Pós-neoliberalismo, organizado por Emir Sader e publicado em livro pela editora Paz e Terra.